

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ana Paula Weber

**AS POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAL DOS SUL-AMERICANOS NA
REGIÃO DA AMAZÔNIA**

Santa Maria, RS
2023

Ana Paula Weber

**AS POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAL DOS SUL-AMERICANOS NA
REGIÃO DA AMAZÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Santa Maria, RS
2023

Ana Paula Weber

**AS POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAL DOS SUL-AMERICANOS NA
REGIÃO DA AMAZÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovado em dia de dezembro de 2023.

Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)
(Avaliador)

Ana Luiza Bravo e Paiva, Dr. (PPGCM)
(Avaliador)

Santa Maria, RS,

2023

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Dania e Luiz, que além de me inspirarem, incentivaram e possibilitaram a minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por serem fontes de inspiração e exemplo na minha vida, sem eles eu nada seria. Obrigada por estarem ao meu lado nos momentos tristes e felizes, obrigada por me proporcionarem uma vida digna e repleta de alegria, e por me fazerem acreditar que a educação e os estudos são fundamentais. Foram eles que, independente de qualquer coisa, sempre acreditaram em mim. Agradeço ao meu irmão, Alexandre, que forneceu seu ombro amigo nos meus momentos de crise, que a vida longe de casa acaba por causar, mas me ajudou a persistir.

Agradeço a minha prima Laís, pessoa que pude me aproximar graças a minha morada em Santa Maria, que foi a minha maior parceira nesse período e me proporcionou diversos momentos de risadas. Juntamente da Laís, agradeço a minha prima Bárbara e a minha tia Dóris, que me receberam com enorme carinho em suas casas e foram a minha família quando senti falta dos meus pais.

Agradeço a minha amiga, Laís, que sempre me aconselhou, me ajudou e me encorajou, foi ela quem sempre ouviu minhas angústias e me tranquilizou. Agradeço aos meus amigos de longa data, Letícia, Renato, e, com enorme amor, ao meu amigo João, que é também meu namorado, por continuarem a nossa linda amizade, mesmo que distantes.

Agradeço a todos os meus amigos da universidade, mas em especial Larissa, Nathalia, Natália, Gabriel, Mel, Ana Luiza e Bárbara, que compartilharam comigo momentos difíceis de estudos e dedicação, mas que também compartilharam momentos de felicidade e risadas. Agradeço ao meu orientador Igor Castellano, que facilitou a minha jornada final devido a seu conhecimento e conselhos, que sempre ouviu seus alunos com calma e dedicação. Por fim, agradeço a Universidade Federal de Santa Maria, que em todo o seu contexto me propiciou um novo olhar sobre o mundo, me abriu a mente para novas culturas e novas configurações de vida, sou eternamente grata.

RESUMO

AS POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAL DOS SUL-AMERICANOS NA REGIÃO DA AMAZÔNIA

AUTORA: Ana Paula Weber

ORIENTADOR: Igor Castellano da Silva

A Amazônia é uma região de enorme relevância em todo o mundo, mas principalmente para os países que dela fazem parte, isso por inúmeros motivos, desde questões econômicas, sociais e culturais, bem como as questões fronteiriças. Por esse motivo, a Defesa Nacional e a Dissuasão Extrarregional na Amazônia são aspectos importantes para os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, no entanto, não são tratadas com a devida relevância. O presente trabalho busca descrever qual é o *status* da Amazônia, diante de documentos oficiais, como o Livro Branco de Defesa e outras Políticas de Defesa, nas políticas de defesa desses países e, para isso, tem como objetivo avaliar comparativamente as políticas de defesa e estratégia nacional adotadas pelos países membros da OTCA, a fim de explicitar a dinâmica supracitada. Será realizada uma análise descritiva, utilizando-se do estudo comparativo sincrônico entre os objetos de estudo, isto é, os documentos oficiais dos países membros da OTCA. A hipótese do trabalho é a de que a Amazônia possui um *status* desigual nos documentos oficiais e de acordo com as políticas de defesa dos países membros da OTCA, que inclusive é percebida desde a seleção documental, pois não são todos os Estados que apresentam e fornecem essa ferramenta. Além disso, considerando as dimensões analíticas propostas nesse trabalho, a região raramente aparece como um elemento a ser considerado na dissuasão extrarregional, isto é, como um espaço importante a ser visto dentro das discussões e políticas de dissuasão nas políticas de defesa. O estudo justifica-se pela importância de entender as convergências e/ou divergências das agendas e ações dos países membros da OTCA no que tange à Dissuasão Externa para com a Amazônia, já que é comumente entendida a grandeza da região e suas riquezas, além das tentativas de interferência externa. Não só isso, mas também pretende contribuir com um aprofundamento teórico nesse assunto, visando amparar diversas temáticas, além das Relações Internacionais, como militares e políticas.

Palavras-Chave: Amazônia. Dissuasão Extrarregional. Política de Defesa. Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica. *Status*.

ABSTRACT

THE NATIONAL DEFENSE POLICIES OF SOUTH AMERICANS IN THE AMAZON REGION

AUTHOR: Ana Paula Weber

ADVISOR: Igor Castellano da Silva

The Amazon is a region of enormous relevance throughout the world, but mainly for the countries that are part of it, for numerous reasons, from economic, social and cultural issues, as well as border issues. For this reason, National Defense and Extra-regional Deterrence in the Amazon are important aspects for member countries of the Amazon Cooperation Treaty Organization, however, they are not treated with due relevance. The present work seeks to explain the status of the Amazon, in the light of official documents, such as the White Paper on Defense and other Defense Policies, in the defense policies of these countries and, for this purpose, it aims to comparatively evaluate the defense policies and national strategy adopted by ACTO member countries, in order to explain the aforementioned dynamics. A descriptive analysis will be carried out, using a synchronic comparative study between the objects of study, that is, the official documents of the ACTO member countries. The hypothesis of the work is that the Amazon has an unequal status in official documents and in accordance with the defense policies of ACTO member countries, which is even perceived from the documentary selection, as not all States present and provide this tool. Furthermore, considering the analytical dimensions proposed in this work, the region rarely appears as an element to be considered in extra-regional deterrence, that is, as an important space to be seen within deterrence discussions and policies in defense policies. The study is justified by the importance of understanding the convergences and/or divergences of the agendas and actions of the ACTO member countries with regard to External Deterrence towards the Amazon, since the greatness of the region and its riches, in addition to the attempts at external interference. Not only that, but it also intends to contribute to a deeper theoretical understanding of this subject, aiming to support various themes, in addition to International Relations, such as military and political issues.

Keywords: Amazon. Extraregional Deterrence. Defense Policy. Organization for the Amazon Cooperation Treaty. *Status*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 — Dispositivo Heurístico.....	17
FIGURA 2 — Relação entre a porcentagem da Amazônia em cada país e quanto representa da sua totalidade	49
FIGURA 3 — Onde encontram-se os países no dispositivo heurístico de acordo com o status atribuído à Amazônia.....	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 —	46
QUADRO 2 —	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O DEBATE EM TORNO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	19
2.1 O DILEMA DE SEGURANÇA E DEFESA.....	19
2.2 A SEGURANÇA REGIONAL.....	24
2.2.1 O Complexo Regional de Segurança (CRS).....	27
2.3 A SEGURANÇA REGIONAL NO TERCEIRO MUNDO.....	29
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
3 A SEGURANÇA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.....	37
3.1 O CRS DA AMÉRICA DO SUL.....	37
3.1.1 O CRS durante a Guerra Fria de acordo com a teoria de Buzan e Waever (2003).....	39
3.1.2 O CRS pós-Guerra Fria de acordo com a teoria de Buzan e Waever (2003)...	41
3.1.3 Atualização do CRS.....	42
3.2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DA AMAZÔNIA E SEUS EFEITOS.....	48
3.2.1 A geopolítica da Amazônia.....	49
3.2.2 Ameaças internacionais vinculadas à Amazônia.....	50
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
4 A POLÍTICA DE DEFESA NOS PAÍSES AMAZÔNICOS.....	55
4.1 SEGURANÇA E DEFESA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS.....	55
4.1.1 Bolívia.....	55
4.1.2 Brasil.....	56
4.1.3 Colômbia.....	58
4.1.4 Equador.....	59
4.1.5 Peru.....	59
4.1.6 Casos especiais.....	60
4.1.6.1 Guiana.....	61
4.1.6.2 Venezuela.....	62
4.1.6.3 Suriname.....	63
4.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DEFESA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS.....	64
4.2.1 Bolívia.....	67
4.2.2 Brasil.....	68
4.2.3 Colômbia.....	71
4.2.4 Equador.....	71
4.2.5 Peru.....	72
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O STATUS DA AMAZÔNIA.....	75
5 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

A delimitação temática deste trabalho é a Defesa Nacional e a dissuasão extrarregional, com foco nas políticas de defesa na região da Amazônia, adotadas pelos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Nesse sentido, para melhor compreensão do leitor, serão detalhados os conceitos aqui postos. Assim, o termo e a conceituação de Dissuasão ganha ampliação na política após à Segunda Guerra Mundial, primeiramente na forma restrita de *deterrent*, que significara a ameaça de uma guerra nuclear. Através da “efetividade” do *deterrent* que ocorreu a expansão da atividade de dissuasão, já que possibilitou um equilíbrio entre os Estados no cenário internacional, pois haviam os detentores de armas nucleares e, por isso, impedimento de eclosão de novas guerras (Bobbio, 1998). É por meio da teoria de Dissuasão termonuclear que o conceito é difundido nas Relações Internacionais.

Assim, dissuasão é uma estratégia de política de defesa utilizada por um país ou organização com o objetivo de desencorajar outras nações ou grupos de países a adotarem medidas hostis ou agressivas em relação a ele. Em outras palavras, a dissuasão externa é a capacidade de uma nação de evitar que outras nações considerem ou realizem uma ação hostil ou agressiva, demonstrando que possui meios para responder a essas ameaças de forma eficaz. A dissuasão externa geralmente envolve a demonstração de força militar, mas também pode envolver outros fatores, como poder econômico e influência política.

Entretanto, é preciso explicitar o surgimento e fortalecimento de perspectivas regionalistas nos estudos de Segurança Internacional. Nesse sentido, após a Guerra Fria as relações internacionais têm tirado um pouco o foco da Europa e começaram a levar em maior consideração a participação de atores do terceiro mundo, já que os conflitos também deslocaram do nível internacional para o nível regional (Kelly, 2007). Em razão disso, novas correntes de segurança internacional, as regionalistas, emergiram para conceituar essa dinâmica e buscar por soluções, é então nesse contexto que emerge o termo dissuasão extrarregional.

Dessa forma, a autonomia regional apresenta três variáveis próprias a serem levadas em consideração quando feito o seu estudo, a primeira é que as sub-regiões são permeáveis, a segunda é que a proximidade geográfica qualifica de modo significativo o dilema de segurança, e a terceira é que em complexos regionais frágeis o dilema de segurança compartilhado refere-se a problemas internos (Kelly, 2007, p. 197). Ademais, enfatiza-se que os dilemas de segurança, para além do âmbito regional, vem crescendo e obtendo cada vez

mais robustecimento teórico nos países do do Sul Global. Nesse caso, a dissuasão extrarregional torna-se importante para Estados dessa região de modo a tornarem-se livres das interferências do Norte Global, garantindo sua soberania, diante das grandes capacidades geopolíticas, entre outras, que apresentam os países terceiro-mundistas.

Mas, para compreender a dissuasão externa/extrarregional como uma estratégia de política de defesa, é preciso definir o conceito de defesa aqui adotado, que é estabelecido na área das relações internacionais. Assim, deve ser entendido como os aparelhos e ações voltadas à tutela da segurança. A defesa vai ao encontro da organização das Forças Armadas de um Estado, pois está relacionada à atividade realizada para garantir a segurança (Bobbio *et al.*, 1998, p. 312). Entretanto, a defesa e a segurança não são necessariamente ligadas às Forças Armadas em todo o momento, pois medidas de segurança também podem ser feitas através de outros elementos, que não os militares, como a ação diplomática. Não só isso, cada vez mais emerge a questão sobre a participação de civis dentro do processo de construção dessas políticas.

No caso de um perigo simples de agressão, é possível proteger os objetivos de segurança sem recorrer ao uso da força armada. Isso pode ser alcançado através da dissuasão de potenciais atos hostis, utilizando também alternativas às atividades militares, com destaque para a diplomacia, assim, na verdade, a administração dos assuntos exteriores pode atuar como um elemento auxiliar ou até mesmo substituir a ação das administrações militares (Bobbio *et al.*, 1998, p. 312-313).

Portanto, política de defesa é um conjunto de medidas, estratégias e ações que estão voltadas para a proteção de ordem Estatal, que é pensada desde o projeto até a prática, isto é, o planejamento e a implementação. Também pode ser encontrada na literatura como planejamento de defesa ou estratégia de defesa, obtendo o mesmo significado (Rudzit; Nogami, 2010, p. 11). Assim, política de defesa faz parte do conceito de Política de Segurança Nacional, sendo este último o mais abrangente:

No nível mais alto de decisão política está a Política de Segurança Nacional. É nesta esfera que são articulados tanto os interesses nacionais mais amplos, e a estratégia para articular quanto os objetivos do país e os seus meios (militares, econômicos, sociais e políticos) que serão usados a fim de promover e protegê-los. (...) Neste ponto que fica claro o escopo e a hierarquização das Políticas de Segurança Nacional e de Defesa Nacional. Tomando por base que o processo de securitização só pode ser feito no nível mais alto da tomada de decisão política, por conseguinte, a implementação de políticas setoriais só pode ser feita em um nível inferior, que, no caso de utilização dos meios militares, é a Política de Defesa. (Rudzit; Nogami, 2010, p. 20).

A política de defesa é a responsável por planejar, gerir e aplicar aquilo que foi pré-determinado na escala teórica da defesa, na Política de Segurança Nacional. É nesta em que são definidos os objetivos gerais do Estado, suas preocupações, potenciais ameaças e a atenção que cada ameaça deve receber, de acordo com o objetivo principal estabelecido, que tem por base a defesa do Estado, seu território e as instituições políticas. A política de defesa precisa garantir que as ações sejam realizadas de uma maneira a alcançar os objetivos, como também o que deve ser feito no setor de defesa.

Outrossim, infere-se que a análise de políticas de defesa é abrangente, isto é, não apenas como documento específico, mas de acordo com o supracitado, a política de defesa é um conjunto de ações, estratégias, previsões e considerações de um Estado, podendo existir diferentes documentos indicando esses elementos. Entretanto, devido às limitações de pesquisa, esse estudo focará na parte normativa das políticas de defesa para com a Amazônia dos países membros da OTCA.

Por definição, a Amazônia é “uma região geográfica na América do Sul, mais especificamente no Centro-Norte do continente, com saída para o mar no lado Leste, isto é, no Oceano Atlântico, também é revestida por uma vasta floresta equatorial, além de uma fonte quase inesgotável de matérias-primas vegetais” (Delta Larousse, 1970, p. 301). Além disso, é na Amazônia que se encontram as maiores porções fronteiriças do Brasil, inclusive muito dessa área desocupada por habitantes, tanto do lado brasileiro quanto por seus vizinhos. A Amazônia contém a maior bacia hidrográfica do mundo, com a nascente localizada na região dos Andes, no Peru, e o desaguamento no mar através do Rio Amazonas, no Pará. Nesse sentido, a localidade apresenta enorme potencial hídrico, desde geração de energia, navegação e pesca, até mesmo para turismo (Delta Larousse, 1970, p. 302).

Ademais, esse conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas e a Floresta Amazônica está localizada em 8 países sul-americanos, sendo eles: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Segundo Berta K. Becker, “vista a partir dos cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, $\frac{2}{5}$ da América do Sul (...), contém $\frac{1}{5}$ da disponibilidade mundial de água doce e $\frac{1}{3}$ das reservas mundiais de florestas latifoliadas” (Becker, 1990, p. 9).

A relevância da região revela-se importante não somente diante dos dados citados, como também através da criação do Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e da Fauna Amazônica, ocorrida em 1975, com participação do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que teve contribuição para o nascimento do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), já que possibilitou a abertura de diálogos diplomáticos sobre

as questões as quais envolvem o bioma e a região. (Macedo, 2020). O TCA foi celebrado em 3 de julho de 1978 e aprovado através de uma ementa legislativa, o Decreto 69°, mas que entrou em vigor apenas em 18 de agosto de 1980, através do Decreto N° 85.050. Fora assinado pelos países que fazem parte da região, com exceção da Guiana Francesa que exerce o papel de membro observador.

Assim, havendo consciência da importância geopolítica da região, houve o esforço para a preservação e desenvolvimento dessa e, de acordo com o Artigo XV “As Partes Contratantes se esforçarão para manter um intercâmbio permanente de informações e colaboração entre si e com os órgãos de cooperação latino-americanos, nos campos de ação que se relaciona com as matérias que são objeto deste Tratado”. Dessa forma, dada a importância geográfica, ecológica, histórica e política da região da Amazônia, 20 anos após o Tratado, em 2002, foi criada a Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de secretaria permanente e orçamento próprio, com a finalidade dos países trabalharem em conjunto os diversos aspectos e dimensões da Amazônia por meio de cooperação sul-sul, tornando-se então o único bloco socioambiental da América Latina.

Ademais, frisa-se que a secretaria possui sede em Brasília (DF), sendo a única sede de organização internacional multilateral no Brasil. Por fim, a OTCA tem por objetivo “a realização de projetos em múltiplas áreas como meio ambiente, assuntos indígenas, recursos hídricos, ciência e tecnologia, saúde, turismo e inclusão social” (Brasil, MRE, 2014). Observa-se, portanto, que não é mencionada a questão da segurança, sendo assim necessária a compreensão do *status* da Amazônia voltada às políticas de defesa nacionais.

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, para a definição de “*status*” existem as possibilidades de “situação, estado, qualidade ou circunstância de uma pessoa ou coisa em determinado momento” (Houaiss, 2004, p. 2618) Assim, será adotado o significado de “situação em que se encontra” para o uso do termo *status*. Para além disso, é preciso esclarecer que para o objetivo do trabalho, ou seja, entender o *status* da amazônia dentro do contexto em questão, serão configuradas categorias analíticas para compreender o status da Amazônia que se encontra nos documentos selecionados, sendo elas: 1. significado da Amazônia; 2. ameaças vistas pelo Estado; 3. respostas do Estado as ameaças. Cada dimensão analítica apresenta subvariáveis divergentes, mas que serão abordadas mais à frente. Dessa forma, o *status* será posto como uma dimensão analítica em que a Amazônia aparece nas políticas de defesa dos países do respectivo estudo.

É preciso frisar então a enorme potencialidade do local, além de representar um elo entre os países sul-americanos, o que, inclusive, acaba por atrair atenção para países de fora

da região. Assim, com uma atenção coletiva voltada à região, os países membros da OTCA entendiam a necessidade de uma cooperação regional para se atentar aos cuidados demandados, muito no que se refere a questão da defesa da Amazônia, visto que essa sempre esteve sobre ameaças externas, além dos próprios desafios internos.

Nesse ínterim, desde que foi aprovada a Política de Defesa Nacional no Brasil, em 1996, e desde a aprovação da Estratégia de Defesa Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, contidos no Livro Branco de Defesa Nacional, o Estado brasileiro demonstra uma certa preocupação com a Amazônia. Além disso, em conformidade com o Brasil, a Bolívia, o Peru e o Equador também possuem o Livro Branco. No entanto, tais políticas não apresentam a mesma profundidade temática e nem mesmo corroboram para ações engajadas em mesmo nível na dissuasão externa na Amazônia, sendo essa questão de relevância para a segurança nacional dos países da região integrada, de modo a garantir a soberania da mesma.

Assim, este trabalho justifica-se pela importância de entender as convergências e/ou divergências das agendas e estratégias dos países membros da OTCA no que tange à dissuasão externa para com a Amazônia, já que é comumente entendida a grandeza da região e suas riquezas, além das tentativas de interferência externa. Inclusive, socialmente torna-se relevante devido às constantes preocupações sobre o rumo da Amazônia. Ademais, a pesquisa também justifica-se devido à produção acadêmica brasileira sobre o tema ser insuficiente, isto é, existem produções científicas no que tangem o assunto de política de defesa, no entanto, quanto a especificidade da Amazônia, esse objeto recebe mais atenção em outras áreas temáticas que não a de segurança, ou então, quando recebem, não o fazem de forma comparativa entre todos os países amazônicos, ignorando a importante cooperação necessária entre eles para o progresso em todas as esferas da Amazônia.

Na verdade, alguns autores ainda apontam o contrário, como Paulo Correa (2012) ao adentrar os estudos de segurança partindo da análise de questões que se tornam securitizadas e passam a gerar uma insegurança, isto é, ele analisa como os processos de integração regional, que a princípio têm por objetivo aproximar os Estados, caso não forem bem estudados a sua implementação, podem gerar problemas de segurança, já que, muitas vezes, desconsideram pontos fundamentais como a opinião popular e as necessidades dos povos originários. Nesse caso, Correa aborda especificamente acerca de projetos da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), por exemplo a construção do Eixo Bolívia-Peru-Brasil

No entanto, as iniciativas de integração na região são extremamente fundamentais para a resolução e problemas em conjunto, já que problemas internos podem transbordar para

outros Estados, como ocorre com as questões de fronteira na Amazônia, além de garantir a soberania regional em relação a potências, já que, como apontam Bragança e Tinoco (2017), muitas vezes os projetos de integração nas regiões foram baseadas em estruturas ocidentais que não lhe cabem.

Tendo isso em vista, por fim, o estudo também apresenta relevância para além das Relações Internacionais, alcançando os acadêmicos, os militares e os políticos, de modo a contribuir para a reflexão da temática e das próprias ações dos países em questão. A partir disso, poderá identificar tendências, continuação ou descontinuação e fortificação das agendas de defesa tanto do Brasil quanto para os demais países sul-americanos.

Para tanto, busca-se responder à pergunta: qual é o *status* da Amazônia nas políticas de defesa dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e em que medida esse *status* está relacionado à dissuasão extrarregional? E a hipótese deste trabalho é que a Amazônia possui um *status* desigual perante os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica nas políticas de defesa de cada Estado, que não apresentam um padrão em relação à formulação de conteúdo, incluindo o próprio conteúdo referente à Amazônia, pois não se mostram equivalentes ou semelhantes. Além disso, considerando as dimensões analíticas propostas adiante nesse trabalho, a Amazônia raramente aparece como um elemento a ser considerado na dissuasão extrarregional, isto é, como um espaço importante a ser visto dentro das discussões e políticas de dissuasão nas políticas de defesa. Assim, os Estados amazônicos podem até pensar no significado da Amazônia, o que ela representa, e até mesmo como ela está inserida na dimensão de ameaça como um desafio de segurança, no entanto, as respostas a esses desafios não são suficientes e normalmente desconsideram o fator da dissuasão extrarregional.

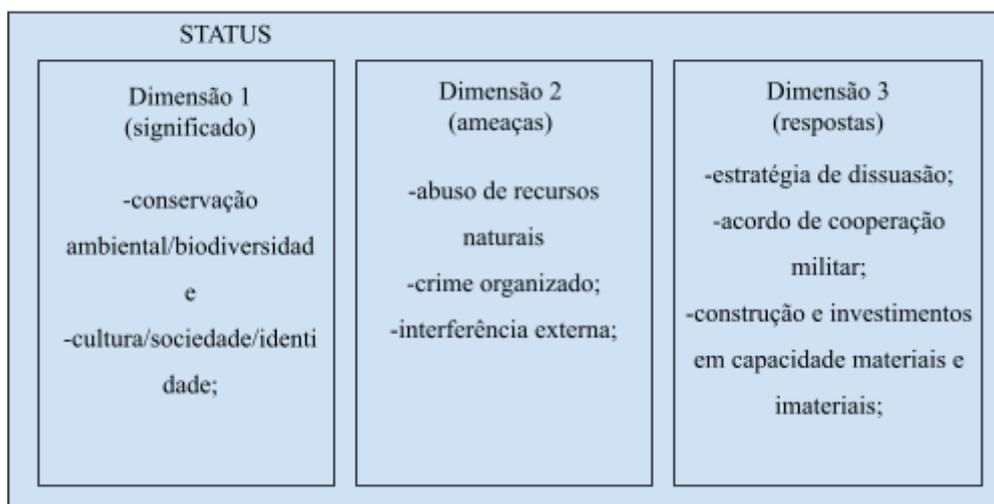
O objetivo geral da pesquisa consiste em avaliar as agendas de defesa e estratégia nacional adotadas pelos países membros da OTCA a fim de compreender o *status* que possui a Amazônia no âmbito da dissuasão extrarregional. Enquanto que os objetivos específicos consistem em: I. Realizar a revisão literária sobre o conceito de defesa nacional e sobre os estudos de segurança internacional até chegar nos estudos do Terceiro Mundo; II. Realizar análise documental a partir dos documentos oficiais de cada país membro da OTCA e identificar as políticas de defesa para a segurança da região; III. Realizar uma análise comparativa entre as políticas dos países, a partir de dimensões analíticas pré-estabelecidas; IV. Avaliar qual o *status* que obtém a Amazônia em três dimensões analíticas; V. Compreender qual é a relação do *status* identificado com a dissuasão extrarregional.

A realização desta pesquisa contará, como método de abordagem, o método hipotético-dedutivo, pois é pretendido testar a hipótese abordada através das técnicas e procedimentos da pesquisa. Assim, o presente trabalho é definido como um estudo descritivo, utilizando-se de uma análise comparativa como método de procedimento, sendo um estudo comparado sincrônico entre os objetos de estudo. Nesse sentido, é caracterizado como estudo descritivo pois será utilizada a verificação de conteúdo documentos oficiais que contenham as políticas de defesa e estratégia dos países membros da OTCA.

Os documentos utilizados foram os Livros Brancos de Defesa, Políticas de Defesa e as Constituições Federais. Inicialmente, buscou-se a utilização de países que tratam acerca da defesa, no entanto, inclui-se na pesquisa as Constituições na tentativa de englobar todos os países na análise, já que, verifica-se que alguns deles não apresentam documentos de defesa, ou então, não estão disponíveis ao público. Para além disso, o uso da Constituição é validada por representar o marco jurídico institucional do Estado de direito. Infere-se aqui que durante a análise generalizada das Políticas de Defesa dos Estados todos os países foram contemplados. No entanto, na análise documental, o estudo ficou restrito à Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, pois os demais, além de no caso da Guiana e do Suriname não apresentarem documentos de defesa, não constam a Amazônia, o que, inclusive, já demonstra a possível diferença de status que é dada à Amazônia.

Serão utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental e levantamento de dados. Dessa forma, a realização deste trabalho contará com com revisão bibliográfica dos conceitos chaves e revisão bibliográfica da temática, bem como como a análise de documentos oficiais, a depender de cada governo, podendo ser analisados os Livros Brancos de Defesa Nacional ou então outras políticas de estratégia e defesa.

Além disso, para realizar a comparação em referência ao *status* da Amazônia, estabeleceu-se 3 dimensões analíticas, sendo elas o significado da Amazônia, a dimensão de ameaça e respostas do Estado do ponto de vista de proteção, ou seja, as políticas de defesa. Além disso, cada dimensão apresenta subvariáveis como pode ser visualizado na Figura 1. Assim, para avaliar os elementos que estão ou não presentes no significado da Amazônia, definiu-se as seguintes variáveis: conservação ambiental/biodiversidade; /cultura/sociedade/identidade. Já para a dimensão de ameaça, foram estabelecidas as seguintes variáveis: abuso de recursos naturais; crime organizado; interferência externa. Por fim, a última dimensão será composta por: estratégia de dissuasão; acordo de cooperação militar; construção e investimento de capacidades materiais e imateriais.

Figura 1: Dispositivo heurístico

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trará a questão teórica da segurança internacional, da segurança regional e segurança no terceiro mundo, alcançando as características da definição de problemas de segurança internacionais, isto é, que não sejam domésticos, para os Estados no sul global, além da dificuldade que estes apresentam de fazê-los. O dilema abordado serão os problemas de dissuasão nesta região e o desafio que os Estados apresentam em produzir políticas de defesa coerentes. Portanto, contará com três sessões: Dilema de Segurança e Defesa, Segurança Regional e Segurança Regional no Terceiro Mundo.

Já o segundo capítulo tratará com maior especificidade a segurança na América do Sul e o seu Complexo Regional, além das questões relacionadas à Amazônia. Por fim, no terceiro capítulo serão abordadas as políticas de segurança dos países amazônicos e, depois, será feito o estudo comparado sincrônico a partir dos documentos oficiais que abordam as políticas de defesa voltadas à Amazônia e a configuração do o *status* dessa.

Por fim, como resultado desse trabalho, constata-se a demonstração da divergência quanto à formulação de conteúdos de Política de Defesa entre os países amazônicos, principalmente no que diz respeito à Amazônia. Portanto, infere-se que a hipótese foi parcialmente comprovada, já que os países apresentam a Amazônia dentro das variáveis de modo parecido, o que não gera um *status* totalmente desigual. Nesse sentido, todos entendem a Amazônia do ponto de vista do significado, enquanto as demais variáveis não apresentam um padrão, a não ser a quase exclusão de tópicos como a interferência externa, dentro da dimensão de ameaça, e a estratégia de dissuasão, dentro da dimensão de respostas, portanto,

corroborando com a hipótese de que não é um espaço visto dentro das discussões e políticas de dissuasão nas políticas de defesa.

2 O DEBATE EM TORNO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Para melhor compreender o contexto das políticas de defesa dos países membros da OTCA para a região da Amazônia, é imprescindível fazer o resgate histórico acerca do dilema de segurança e defesa, que tem moldado as estratégias das nações ao longo do tempo. Para tanto, neste capítulo serão abordadas as questões que envolvem o grande desafio teórico da Segurança Internacional, isto é, questões que não sejam de segurança doméstica ou interna de cada país, mas sim que contemple o interesse na esfera internacional.

Seguindo uma lógica de evolução temática, no sentido cronológico, será abordado sobre a segurança regional, que irá dar base para o entendimento do tópico em sequência, Segurança Regional do Terceiro Mundo, sendo essa corrente a principal fonte de fundamentação teórica deste trabalho. Portanto, será feita uma revisão bibliográfica da disciplina de Segurança Internacional, bem como as questões que caracterizam os problemas de segurança e as principais correntes teóricas que tratam sobre o tema. Para além disso, será discutido a motivação para o surgimento dos estudos de segurança regional e, na sequência, a argumentação da Segurança no Terceiro Mundo e qual a sua relevância, principalmente levando-se em conta os países amazônicos.

2.1 O DILEMA DE SEGURANÇA E DEFESA

Em relação à conceituação do termo segurança, é de grande dificuldade a sua definição assertiva, haja vista que os autores podem adotar significados distintos, não só isso, dentro do campo das Relações Internacionais não existe um esforço para resolver essa questão, na verdade, os teóricos estão mais preocupados com o emprego da força e a defesa em si. Dessa maneira, a segurança é percebida e interpretada de forma subjetiva, baseado em diversos fatores e principalmente o ponto de vista sobre as ameaças, que variam entre excessivamente cautelosas e excessivamente confiantes, como descrevem Buzan e Hansen (2009):

As abordagens subjetivas da segurança enfatizam a importância da história e das normas, das psicologias do medo e das (im)percepções e dos contextos relacionais (amigos, rivais, neutros, inimigos) dentro dos quais as ameaças são enquadradas. Os Estados, tal como as pessoas, podem residir em qualquer lugar num espectro que vai do paranóico (ver ameaças onde não existem), passando pelo racional (avaliar as ameaças corretamente), até ao complacente (não ver, ou não se importar com as ameaças reais). (Buzan; Hansen, 2009, p. 33, tradução nossa)¹.

¹No original: “Subjective approaches to security emphasise the importance of history and norms, of the psychologies of fear and (mis)perceptions, and of the relational contexts (friends, rivals, neutrals, enemies) within which threats are framed. States, like people, can reside anywhere on a spectrum from paranoid (seeing

Assim, até certo ponto é verídico que segurança significa coisas diferentes para cada pessoa, no entanto, a maioria dos estudiosos das Relações Internacionais trabalha com uma definição geral de segurança que inclui o alívio de ameaças a valores acalentados (Williams, 2008). De fato, ao se atentar nos acontecimentos diários ao redor do mundo, principalmente na periferia do globo, provavelmente definir segurança não devesse ser a maior preocupação, mas sim como essa é garantida e porque algumas pautas recebem mais atenção que outras. O escritor moçambicano Mia Couto proferiu:

Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas. A manutenção desse alvoroço requer um dispendioso aparato e um batalhão de especialistas que, em segredo, tomam decisões em nosso nome. Eis o que nos dizem: para superarmos as ameaças domésticas, precisamos de mais polícia, mais prisões, mais segurança privada e menos privacidade. Para enfrentarmos as ameaças globais, precisamos de mais exércitos, mais serviços secretos e a suspensão temporária da nossa cidadania. Todos sabemos que o caminho verdadeiro tem que ser outro. Todos sabemos que esse outro caminho poderia começar, por exemplo, pelo desejo de conhecermos melhor esses que, de um e de outro lado, aprendemos a chamar de “eles”. Aos adversários políticos e militares juntam-se agora o clima, a demografia e as epidemias. O sentimento que se criou é o seguinte: a realidade é perigosa, a natureza é traiçoeira e a humanidade, imprevisível. (...) Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos, mas não há hoje, no mundo um muro, que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do ocidente e do oriente. (...) E, se calhar, acrescente agora eu: há quem tenha medo que o medo acabe. (informação verbal)².

Apesar de não haver consenso sobre o que é exatamente segurança na esfera internacional, ao compreender o que está sendo colocado como perigoso, ou então, o que se está dedicando atenção, é possível entender quem é o responsável por determinar o que está dentro da esfera de segurança. Devido a isso, a ideia de segurança tem sido vista como uma vantagem no processo de atribuição de recursos, o que será posto mais a frente no caso da Amazônia. Assim, “pensemos, por exemplo, nas discrepâncias muitas vezes enormes no tamanho dos orçamentos que os governos de todo o mundo dedicam aos ministérios envolvidos na ‘segurança’ em oposição a, digamos, ‘desenvolvimento’ ou ‘saúde’ ou ‘educação’” (Williams, 2008, p. 1-2, tradução nossa)³.

A definição das políticas de segurança, incluindo acordos de defesa e tratados internacionais, é influenciada pela percepção de ameaças e desafios à segurança nacional.

threats where there are none), through rational (assessing threats correctly), to complacent (not seeing, or not caring about, actual threats)”.

²Discurso de Mia Couto na Conferência de Estoril, Cascais - Portugal, em 2011.

³No original: “Think, for example, of the often huge discrepancies in the size of budgets that governments around the world devote to ministries engaged in ‘security’ as opposed to, say, ‘development’ or ‘health’ or ‘education’”.

Portanto, quem determina o que constitui uma ameaça pode moldar a posição de um país no cenário internacional, bem como em relação à percepção pública. Isso, por sua vez, afeta o apoio popular às políticas de segurança e pode moldar a agenda política de um governo. É por isso também a necessidade da sociedade e de organizações civis em expressar a relevância da região amazônica. A definição das ameaças à segurança pode servir como uma ferramenta poderosa para moldar a opinião pública e obter apoio para ações específicas.

Em consequência disso, “é muito importante quem decide o que significa segurança, que questões entram nas agendas de segurança, como essas questões devem ser tratadas e, o que é crucial, o que acontece quando diferentes visões de segurança colidem” (Williams, 2008, p. 2, tradução nossa)⁴. Justamente por isso, é crucial entender a importância da Amazônia não só para os países que dela fazem parte, mas de um modo geral, e também como eles entendem o significado da mesma, e de que maneira a região se encontra na agenda de segurança dos Estados em questão.

Em relação a formalização dos estudos de Segurança Internacional, inicialmente são tidos como um campo independente, mas que logo se fundem com as Relações Internacionais, sendo um de seus principais subcampos no ocidente e, conseqüentemente, em qualquer lugar em que as Relações Internacionais é ensinada (Buzan; Hansen, 2009).

O dilema de segurança e defesa perpassa pelo debate teórico da área de Segurança Internacional, que teve início após o advento da Segunda Guerra Mundial, mas, na perspectiva conceitual do termo, segurança foi de fato aprofundada e desenvolvida na década de 1980, com referência a Barry Buzan, com a obra *People, States and Fear* (1983), que desenvolve acerca da complexidade do conceito, tratando inclusive a questão do medo como um componente central da segurança, e consolidando debates que já estavam em andamento antes de sua contribuição.

Buzan (1983) trouxe à tona a questão fundamental de como o conceito de segurança deveria ser adotado, provocando uma revisão das abordagens tradicionais nesse campo. Antes dos estudos de segurança tornarem-se um subcampo das Relações Internacionais, era tido como um campo próprio, mas que logo se desenvolveu dentro da disciplina, sendo assim, seu berço foi no ocidente, carregando consigo tudo o que implica do ocidentalismo, ou seja, os estudos de segurança foram por muito tempo propagados a partir de elementos ocidentais (Buzan; Hansen, 2009).

⁴No original: “it matters a great deal who gets to decide what security means, what issues make it on to security agendas, how those issues should be dealt with, and, crucially, what happens when different visions of security collide”.

Williams (2008) destaca a questão das Relações Internacionais serem dominadas por intelectuais ocidentais, onde ortodoxia continua associada aos princípios tradicionais do realismo político e dessa maneira os estudos de segurança tradicionais são voltados para governos europeus e norte-americanos e que, por isso, defende a existência de uma problemática ao se pensar os estudos de segurança como uma disciplina de Relações Internacionais. No entanto, apesar de ser verídico o eurocentrismo enraizado nesse campo, é preciso atentar-se para os autores terceiro mundistas, que estão presentes na discussão sobre segurança, apesar de serem mais recentes, mas que deveriam receber maior atenção, principalmente por parte dos próprios intelectuais, acadêmicos e políticos do Sul Global.

Nesse sentido, antes da ascensão dos teóricos terceiro-mundistas, o debate foi tratado por diversos estudiosos de escolas diferentes, mas protagonizado, inicialmente, por autores realistas e idealistas. No entanto, é justo a referência à *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), escola que nasceu em 1985 visando desenvolver estudos para a paz e a segurança. Enquanto as abordagens realistas colocam o foco no poder, as abordagens idealistas estão mais voltadas para o estudo da paz. Assim, estes entendem que para reduzir as ameaças no sistema internacional, é preciso reduzir as ameaças externas aos Estados deste sistema, é necessário que a ordem seja desenvolvida e mantida e, portanto, precisa ser pensada em modo comum, enquanto isso, para os realistas a segurança é alcançada através do poder, isto é, o Estado que possui poder e posição dominante no sistema internacional irá adquirir segurança em consequência disso (Rudzit, 2005).

Ainda, os idealistas afirmam que seu conceito lhes permite uma visão completa do problema, diferentemente da visão dos realistas, que seria mais segmentada, pois procuram enfatizar o foco direto na essência da questão da guerra. Nesse sentido, a guerra é considerada a maior ameaça à segurança nacional e a resolução desse problema sanaria em grande parte questões de segurança no sistema internacional. Por outro lado, como a visão dos realistas parte do princípio que a segurança deriva-se do poder, esses não entendem que a segurança é preciso ser alcançada conjuntamente, mas na verdade depende de cada Estado atingir uma posição dominante e favorável no ambiente internacional (Rudzit, 2005).

Com o aprofundamento teórico do termo de segurança, passaram a existir inúmeros trabalhos que tratam dos problemas de segurança nacional, focando nesse conceito como a questão central de normas, isso porque “como não há quase nenhum formulador de políticas que seja independente e acima do nível Estatal, com exceção de algumas instituições internacionais, a visão predominante do conceito de segurança está ligado ao conceito de Segurança Nacional” (Rudzit, 2005, p. 301). Além disso, uma política de defesa nacional

pode ser direcionada tanto para a proteção interna do país, visando diminuir sua exposição a ameaças internas, quanto para a projeção no cenário internacional, com o objetivo de abordar as causas subjacentes das ameaças externas por meio de negociações ou ações militares diretas (Rudzit, 2005).

Tendo isso em vista, infere-se que grande parte desses estudos surge da subárea de Estudos Estratégicos. Assim, a literatura em Estudos Estratégicos, bem difundida, traz comentários relevantes sobre o termo segurança como conceito aplicado às questões de Relações Internacionais (Rudzit, 2005, *apud* Buzan, 1987). No entanto, essa ênfase na relação entre o conceito e a Segurança Nacional fez contribuições para uma interpretação militarizada do que realmente compreende-se por segurança, que acaba por possibilitar uma compreensão a partir de uma perspectiva de ameaça dentro do Estado, pensando então em ações voltadas para a segurança a nível nacional (Rudzit, 2005).

Enquanto isso, Barry Buzan (1983) defendeu que a segurança não deve ser pensada apenas em ameaças militares tradicionais, mas sim de maneira abrangente, que inclusive pode ser observado no caso da Amazônia, onde as ameaças emergem em diversos aspectos e que será visto posteriormente. Para o autor, o conceito de segurança envolve 5 áreas, sendo elas: político-militar; societal; econômico; ambiental; segurança transnacional.

Nesse sentido, a segurança vai além da esfera tradicional militar, envolvendo guerras armadas e dissuasão nuclear, mas perpassa as outras esferas supracitadas. A exemplo disso, as questões de bem-estar, segurança alimentar e educação fazem parte da segurança societal, enquanto que desenvolvimento econômico e acesso a recursos naturais fazem parte da segurança econômica. Dentro da área ambiental está contido a escassez de recursos naturais, degradação do meio ambiente e mudanças climáticas e, por fim, na segurança transnacional é possível citar as pandemias, o tráfico de drogas, entre outros.

É evidente que os desafios de segurança na região Amazônica envolvem mais de um setor, transcendendo a esfera militar tradicional. Isso inclui preocupações fundamentais relacionadas à preservação do meio ambiente, como desmatamento, mineração ilegal, biodiversidade e também questões indígenas, que desenvolvem papel crítico na segurança na região. Além disso, a extração ilegal de madeiras, o tráfico de drogas e de animais silvestres são problemas comuns dos países da OTCA. Por isso é fundamental considerar e integrar diversos setores para uma compreensão abrangente dos desafios de segurança na região.

Justamente a necessidade de se pensar a região como um todo e após a contextualização dos estudos em Segurança Internacional, será visto o surgimento de novas perspectivas teóricas com o fim da Guerra Fria, momento em que o ambiente global deixa de

ser tão eurocêntrico e passa a olhar também para outras vertentes, tais como os estudos dos países do Terceiro Mundo. Mas não só por isso, essa abertura também deve-se à própria autonomia do Sul Global e de suas reivindicações por maior participação no sistema internacional e, portanto, na resolução de conflitos. Sob essa ótica, uma onda de estudos regionalistas surgiu nesse contexto, com a proposição de pensar o nível regional como promotor de segurança, possibilitada através da autonomia em relação ao nível global.

2.2 A SEGURANÇA REGIONAL

No cenário global a segurança regional desempenha um papel fundamental na garantia da estabilidade e na proteção dos interesses nacionais. No contexto da OTCA e da Amazônia, a segurança regional adquire uma importância singular, dada a vastidão e riqueza da região, bem como a diversidade de atores envolvidos, destacando a interdependência entre os países membros da OTCA e as estratégias para lidar com desafios comuns e individuais.

Ao discorrer sobre os prováveis padrões de segurança no século vinte e um, Buzan (1991), no artigo *New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century*, sugere que devido às mudanças nas relações de poder entre as grandes potências do Norte Global, as regiões terão mais autonomia em relação às suas rivalidades e antagonismos locais. Ele argumenta que, como as grandes potências estão espalhadas por várias regiões e não incluem uma rivalidade ideológica ou de poder dominante em suas fileiras, elas projetam seus próprios conflitos na periferia com muito menos força e sistematicidade do que sob o regime da Guerra Fria.

Como as regiões são menos limitadas pelo impacto de seus conflitos no placar global de duas superpotências rivais, as rivalidades e antagonismos locais provavelmente terão mais autonomia. Isso fortalece o argumento sobre as dinâmicas próprias das regiões, independentes da segurança global. No entanto, “para qualquer região, as principais estruturas e dinâmicas de segurança podem ser encontradas a diferentes níveis e em diferentes setores, podem ter diferentes graus de abertura e podem ser analiticamente mais ou menos receptivas a diferentes teorias ou tradições” (Buzan; Waeber, 2003, p. 448, tradução nossa)⁵.

A partir dos estudos de regionalismos, derivou-se os teóricos do Novo Regionalismo, após o fim da Guerra Fria, e emergiu-se então a perspectiva regional de segurança, pensada a nível separado do internacional, mas que não necessariamente é isolada de interferências ou

⁵No original: “For any given region, the key security structures and dynamics can be found at different levels and in different sectors, can be of different degrees of openness, and can analytically be more or less amenable to different theories or traditions”.

influências. Graças à ascensão do Terceiro Mundo na reivindicação de presença no debate teórico e na resolução de problemas empíricos, os estudos de segurança regional obtiveram maior atenção e, com isso, estudos mais aprofundados. Antes de dar sequência no assunto, é importante frisar que regionalismo e regionalização não são sinônimos, enquanto que o primeiro significa a relação entre os países vizinhos, seja com processos comerciais e políticos, o último representa as iniciativas de acordos de integração, que podem existir independente do nível de regionalização.

Buzan e Waever (2003), na obra *Regions and Powers: the structure of international security*, discorrem sobre o conceito dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) e as relações entre eles e com as potências globais, sendo esses complexos um conjunto de unidades cujos processos de securitização estão intimamente ligados que não podem ser examinados separadamente. Apesar de fazerem importantes contribuições para as dinâmicas dos CRS, aqui será focado nas suas características e como funciona um CRS. Assim, “a função mais bem estabelecida do Complexo Regional de Segurança é servir como um quadro para a organização dos estudos empíricos sobre segurança regional. (...) Esses quatro níveis são” (Buzan; Waever, 2003, p. 51, tradução nossa)⁶: fronteira, anarquia, polaridade e construção social.

Nesse sentido, o guia dos autores que tratam da autonomia regional são as três variáveis próprias das regiões. No entanto, um problema que enfrenta o Novo Regionalismo são os preconceitos sistêmicos, isto é, os preconceitos relacionados à projeção do sistema internacional nos subsistemas, que tomariam então a autonomia desses.

Quando abordamos a perspectiva regionalista da defesa, conforme destacado por Robert Kelly (2007), encontramos uma série de cinco pontos fundamentais que não apenas enfatizam, mas também fundamentam a importância da análise realizada a partir de um nível regional. Em primeiro lugar, é imperativo reconhecer que a grande maioria dos Estados concentra suas preocupações primordialmente em relação aos seus vizinhos geográficos, em detrimento dos Estados localizados a distâncias significativas. Esse enfoque na vizinhança imediata ressalta a influência inegável da geografia nas dinâmicas de segurança e nas relações internacionais.

Em segundo lugar, por meio de parcerias estratégicas estabelecidas, Estados locais têm a capacidade de se valer das grandes potências para agirem em conjunto contra outros Estados locais. O caráter bilateral dessas relações é notável, uma vez que tanto as grandes potências

⁶No original: “The most well-established function for RSCT is as a framework organising empirical studies of regional security. (...)The four levels are”.

podem utilizar seu poder em benefício dos Estados mais fracos, quanto estes últimos têm a habilidade de exercer influência sobre as grandes potências, criando uma rede complexa de interesses e alianças. Em terceiro lugar, o regionalismo assume uma postura contrária à sobreposição imperialista, buscando evitar que as grandes potências ampliem sua influência de maneira excessiva em regiões vizinhas.

No entanto, é importante observar que, ao tratarmos do penúltimo ponto, a densidade das regiões pode tornar essas sobreposições um desafio constante, requerendo uma abordagem cuidadosa e equilibrada para a promoção da estabilidade regional. Por último, o regionalismo também reflete uma discordância fundamental com a abordagem excessivamente simplista e restritiva que, por vezes, é aplicada em algumas teorias das Relações Internacionais. Essa abordagem simplista pode levar a lacunas substanciais e falhas significativas na compreensão das complexas interações e dinâmicas que permeiam as relações entre os Estados em nível regional e global (Kelly, 2007). Sobre essa abordagem ortodoxa, Buzan e Waever falam:

(...) A estrutura de poder relevante para os principais atores em uma região é a regional. As principais razões para essa negligência no neorealismo convencional provavelmente são duas. Uma delas é um viés americano geral em pensar globalmente e ver as regiões de cima, como partes de uma configuração estratégica maior de superpotência, e não de baixo para cima, como o contexto relevante para atores regionais. A outra é um produto das preferências científicas (e científicas) das ciências sociais americanas por teorias gerais, abstratas e semelhantes às ciências naturais. A teoria realista, portanto, evoluiu da especificidade geopolítica e histórica para uma teoria 'sistêmica' abstrata que opera com 'unidades' definidas como semelhantes e não localizadas, ignorando a premissa básica e simples da política internacional de que os estados são imóveis (Mouritzen 1998). Na geopolítica clássica - e na Teoria da Construção Regional de Segurança (RSCT) - os estados (e outras unidades) estão localizados em lugares concretos, e a distância é mediada pelo terreno. A polaridade global é uma das condições que possibilitam ou limitam várias polaridades possíveis regionalmente, mas, no nível regional, se a região é bipolar, multipolar ou unipolar, geralmente diz mais sobre a segurança regional do que a polaridade global na qual está inserida. Nossa abordagem é semelhante a uma versão de segurança da geografia política. No entanto, isso é muito menos comum no estudo de segurança internacional do que se esperaria. Dentro da disciplina das Relações Internacionais, a corrente principal perdeu a geografia em sua busca por teorias abstratas, e os críticos geralmente reagiram contra as conotações reacionárias da geopolítica. (Buzan; Waever, 2003, p. 69, tradução nossa)⁷.

⁷No original: “*the relevant power structure for the main actors in a region is the regional one. The main reasons for this oversight in mainstream neorealism are probably two. One is a general American bias towards thinking globally and seeing regions from above, as parts of a larger strategic, superpower setting, not bottom-up as the relevant context for regional actors. The other is a product of the scientific (and scientific) preferences of American social sciences for general, abstract, and natural science-like theories (see Ross 1991; Waever 1998b). Realist theory has therefore evolved away from geopolitical and historical specificity towards abstract ‘systemic’ theory which operates with ‘units’ that are defined as alike and non-located, i.e., the basic, simple premise of international politics that states are non-mobile is ignored (Mouritzen 1998). In classical geopolitics – and in RSCT – states (and other units) are located in concrete places and distance is mediated by terrain (Waever*

O Novo Regionalismo desafia as abordagens simplistas que categorizam a interação regional como uma mera extensão das relações globais. Em vez disso, destaca a complexidade da dinâmica regional, na qual as potências locais podem buscar parcerias estratégicas com atores externos para consolidar sua influência e alcançar seus objetivos. Isso nos leva a repensar a noção de poder regional como uma combinação de fatores endógenos e exógenos que moldam a política regional. Consequentemente, a parcimônia waltziana, que tende a simplificar a análise das interações internacionais, deve ser complementada com uma abordagem mais detalhada e sofisticada para compreender a política regional em todas as suas nuances (Kelly, 2007).

Portanto, o Novo Regionalismo busca transcender a abordagem cartográfica tradicional e concentra-se em características compartilhadas de acordo com demandas funcionais, ampliando o conceito de região para incluir dimensões como interações econômicas, identidade, externalidades ambientais e outras funções relevantes.

2.2.1 O Complexo Regional de Segurança (CRS)

Em relação ao CRS, podem ser como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente uns dos outros” (Buzan; Waever, 2003, p. 43, tradução nossa)⁸. Os autores destacaram a importância das regiões e suas características únicas na política local, apresentando diversas variáveis que tornam a segurança regional específica. Um fator importante dentro da teoria, é que a região é destacada como o nível de análise mais relevante, isto é, as regiões são densas e compartilham interações e históricos similares, portanto os dilemas de segurança acentuam-se nesse nível.

A categoria de 'região' se refere ao patamar em que os estados e outras entidades se encontram interligados de maneira tão estreita que torna-se impossível considerar suas questões de segurança de maneira isolada. Nesse contexto regional, ocorre uma convergência entre as preocupações relativas à segurança nacional e global, e é precisamente nesse cenário

1997b). Global polarity is among the conditions that enable or constrain various possible polarities regionally, but within the regional level, whether the region is bipolar, multipolar, or unipolar generally tells one more about regional security than does the global polarity in which it is embedded (Wæver 1993a). Our approach is akin to a security version of much political geography. However, this is much less common in the study of international security than one should expect. Within the discipline of IR, the mainstream lost geography in its search for abstract theory, and the critics usually reacted against the reactionary connotations of geopolitics”.

⁸No original: “units link together sufficiently closely that their securities cannot be considered separate from each other”.

que a maior parte das dinâmicas e ações pertinentes a essa temática se desenrola (Buzan, Waever, 2003).

Como fora citado, os CRS apresentam quatro variáveis. 1. Os padrões duradouros de relações amistosas e hostis, que se apresentam como arranjos coesos de interdependência de segurança em níveis sub globais, com uma forte coerência geográfica. 2. A penetração ocorre quando atores externos estabelecem acordos de segurança com estados dentro de um CRS, sendo rivalidades regionais locais uma fonte de oportunidades ou imperativos para que as grandes potências intervenham na região. 3. Contrabalançar a tendência de superestimar o papel das grandes potências, assegurando que os elementos locais recebam a devida ênfase na análise de segurança. 4. O padrão específico de relações de temor ou simpatia entre atores em um CRS não costuma ser simplesmente importado do nível sistêmico, mas, em grande medida, é gerado internamente na região, resultante de uma intrincada interação entre fatores históricos, políticos e condições materiais (Buzan, Waever, 2003).

Em relação às vulnerabilidades domésticas geradas nos Estados, com foco nas fragilidades enfrentadas por estados individuais dentro de suas próprias fronteiras, Buzan e Waever (2003) examinam a força ou fraqueza de um Estado, considerando a estabilidade de sua ordem interna e a correspondência entre suas instituições estatais e a identidade nacional. Estas vulnerabilidades são cruciais para moldar as preocupações de segurança de um estado e podem levar a percepções de ameaça, mesmo na ausência de intenções hostis.

O segundo nível concentra-se nas relações Estado a Estado, analisando as interações entre esses na região, para isso os autores destacam a importância dessas relações para definir a própria região, uma vez que a forma como os estados cooperam, competem ou interagem em assuntos de segurança desempenha um papel central na segurança regional. O terceiro ponto, referente à interação com regiões vizinhas, observa-se que são geralmente limitadas, mas podem se tornar mais relevantes em situações de mudanças significativas nos padrões de interdependência de segurança dentro de um complexo regional ou em casos de disparidades de poder entre regiões vizinhas. Sobre o papel das potências globais na região, os autores investigam como as interações entre potências globais e estruturas de segurança regionais influenciam o ambiente de segurança.

Compreender essa dinâmica é essencial para uma análise abrangente da paisagem de segurança regional. Portanto, essa estrutura analítica em quatro níveis oferece uma abordagem sistemática para avaliar a complexidade das dinâmicas de segurança regional, considerando fatores internos e externos que moldam o ambiente de segurança em uma determinada região.

Ditos os princípios e dinâmicas fundamentais que envolvem a Segurança Regional, é relevante expandir a análise para um contexto específico: a Segurança Regional no Terceiro Mundo. A compreensão dos desafios de segurança enfrentados por nações em desenvolvimento requer uma abordagem mais aprofundada, considerando as complexas interações entre estados e atores regionais, em contextos muitas vezes caracterizados por vulnerabilidades econômicas e políticas singulares. Além disso, a produção teórica voltada para o Sul Global apresenta maior credibilidade para tratar de questões dessa parte do globo, não só isso como também é necessário a expansão dessa produção para elucidar que as teorias ocidentais não contemplam as dinâmicas da periferia, pelo contrário, esquecem de considerar pontos importantes do histórico dos Estados dessa região, que acabaram por produzir diferentes situações e relações do Norte Global.

2.3 A SEGURANÇA REGIONAL NO TERCEIRO MUNDO

Como fora dito, os estudos de Segurança Regional apresentam uma sub-vertente, a Segurança no Terceiro Mundo, surgida nos anos 1980, antes das perspectivas do novo regionalismo e da escolha de Copenhague. Ela é bastante reivindicada por autores não europeus e não norte-americanos, já que são esses os mais dispostos a entender a dinâmica local dos países do Sul Global. Nesse sentido, Mohammed Ayoob (1991) abordou sobre a problemática da Segurança no Terceiro Mundo e ele partiu do princípio que existiram dois eventos principais que moldaram os contornos políticos do mundo pós-guerra:

O primeiro é a impressionante capacidade de destruição das armas nucleares, que, por meio da doutrina de destruição mútua assegurada (MAD), impediu o surgimento de grandes guerras entre as duas principais potências do sistema internacional e, até recentemente, congelou a situação estratégica na Europa em um modelo bipolar. O segundo é a entrada de um número sem precedentes de novos membros no sistema de Estados, como resultado do processo de descolonização - de tal forma que os recém-chegados agora constituem a maioria entre os membros desse sistema. (Ayoob, 1991, p. 257, tradução nossa)⁹.

Entretanto, esses novos Estados não apresentam a mesma configuração daqueles ocidentais, muito pelo contrário, enfrentam uma dinâmica complexa, enquanto sofrem com as extravagâncias do Sistema Internacional, formulada basicamente pelas grandes potências. Na

⁹No original: “major events have shaped the political contours of the postwar world. The first is the awesome destructive capability of nuclear weaponry, which, as institutionalized in the doctrine of mutual assured destruction (MAD), has prevented the outbreak of major war between the two dominant powers in the international system and, until recently, had frozen the strategic situation in Europe in a bipolar mold. The second is the entrance of unprecedented numbers of new members into the system of states as a result of the decolonization process—such that the newcomers now constitute a majority among the membership of that system”.

tentativa de analisar a Segurança Nacional desses países “recém formados”, bem como dos demais do Terceiro Mundo, muitos teóricos se precipitam ao tentarem encaixar a conceituação em um contexto que não condiz com a realidade de onde a mesma fora formulada, isto é, o conceito de Segurança Nacional tem origens ocidentais, mais especificamente nos EUA, após 1945, e, por isso, “(...) é profundamente penetrado pela priorização da prevenção de guerra” (Azar; Moon, 1988, p. 15, tradução nossa)¹⁰.

Nesse sentido, a Segurança Nacional no contexto ocidental encontra-se intrinsecamente vinculada à esfera militar. Assim, as ameaças são compreendidas quando afetam ou interagem com esse domínio, sendo que qualquer outro âmbito, como o econômico e o social, só será considerado parte da segurança nacional se estiver diretamente relacionado à dimensão militar. Entretanto, é imperativo reconhecer que essa abordagem não se aplica de maneira eficaz ao Terceiro Mundo, dado que as ameaças nessa região são predominantemente de natureza social e econômica. (Azar; Moon, 1988). Assim, infere-se que questões domésticas estão conectadas à esfera da segurança e defesa nessa região, tais como “legitimidade, integração, ideologia e capacidade política” (Azar; Moon, 1988, p. 12, tradução nossa)¹¹, o que leva a situação de proeminência de questões internas em relação às questões externas na segurança.

Como aponta Kelly (2007), isso tem respaldo na fraqueza desses Estados:

A fraqueza endêmica do Estado desloca o foco da segurança da pressão inter-estadual, lateral, para desafios intrastaduais, centrífugos - separatistas, terroristas, milícias e outros. Em segundo lugar, organizações regionais em ambientes densos de estados fracos servem à construção do Estado. O neofuncionalismo em escala reduzida esperaria integração, livre comércio, derramamento, disputas domésticas sobre a perda de soberania e questões semelhantes às da UE. No entanto, o regionalismo do Terceiro Mundo reforça as soberanias individuais. Essas OIs reúnem a baixa capacidade dos estados fracos para a defesa conjunta da soberania contra desafios internos. (Kelly, 2007, p. 216, tradução nossa)¹².

Inclusive, durante o período da Guerra Fria, as regiões do Sul Global foram o “tabuleiro do jogo” para os países que estavam em conflito ideológico, protagonizando as disputas no cenário internacional e, com isso, já é possível perceber a diferença entre as dinâmicas de segurança em cada local. Enquanto a guerra entre as grandes potências ocorria

¹⁰No original: “*dominated by the priority of preventing another major war*”.

¹¹No original: “*legitimacy, integration, ideology and policy capacity*”.

¹²No original: “*Endemic state weakness shifts the focus of security from interstate, lateral pressure toward intrastate, centrifugal challengers—secessionists, terrorists, militias, and others. Second, regional organizations in weak state-dense environments serve state-building. Downscaled neofunctionalism would expect integration, free trade, spillover, domestic tussles over the loss of sovereignty, and similar EU-like issues. Yet, Third World regionalism reinforces individual sovereignties. These IOs pool the low capacity of weak states for the purposes of joint sovereignty defense against internal challengers*”.

sem ataques bélicos, na periferia do globo ocorriam as “guerras quentes”. A exemplo disso, como apontam Azar e Moon (1988, p. 3, tradução nossa)¹³ “(...) das 120 guerras registradas desde 1945, 119 ocorreram nos países em desenvolvimento”.

Além disso, a escolha das superpotências de concentrar sua competição global por influência ideológica no “tabuleiro” do Terceiro Mundo, implica na falta de prioridade que esse recebe daquelas, já que não se importam com ganhos ou perdas desses países. Devido a isso, houve uma proliferação de conflitos e instabilidades, enquanto que o Norte Global, livres de estragos, aumentavam as suas capacidades estatais, principalmente no âmbito industrial, o Terceiro Mundo sofria com a segurança sistêmica. (Ayoob, 1991).

Essa segurança sistêmica não pode ser aplicada nos países em desenvolvimento, porque simplesmente não operam sob a mesma conjuntura, desde o princípio, países terceiro-mundistas sofrem de problemas diferentes das potências e, ainda, sofrem dos respaldos das situações provocadas por essas. Como afirma Ayoob (1991, p. 264, tradução nossa)¹⁴, “para todas as três dimensões da definição tradicional de segurança - a sua orientação externa, as ligações com a segurança sistêmica e a correspondência com a segurança da aliança - a situação no Terceiro Mundo é radicalmente diferente daquela que prevalece no coração do sistema estratégico global”.

Assim sendo, existe uma certa complexidade na elaboração de políticas de defesa por Estados no Sul Global, por conta da dificuldade de lidar com questões de dissuasão, justamente pela diferenciação que se faz da leitura do ambiente internacional em comparação com países desenvolvidos. Essa problemática revela um dilema crucial na esfera de segurança desses Estados, que tendem a formular políticas de defesas com orientação interna, muitas vezes esbarrando em problemas de segurança pública.

O cerne desse pensamento reside na natureza desafiadora de equilibrar as preocupações externas e internas na formulação de estratégias de defesa. Ao enfrentar ameaças provenientes de fora de suas fronteiras, os Estados do sul global se veem compelidos a direcionar seus recursos e esforços para dissuadir potenciais adversários. No entanto, a complexidade surge quando se considera a necessidade simultânea de abordar as questões internas de segurança pública, que podem incluir desafios como crime organizado, instabilidade política e outros problemas internos.

¹³No original: “*of the 120 wars recorded since 1945, 119 have taken place in the developing countries*”.

¹⁴No original: “*The nature of alliances and of superpower commitments to their allies in the Third World are therefore vastly different from the character of alliances and of alliance commitments in the developed world*”.

A ênfase em dissuasão muitas vezes desafia a capacidade de lidar eficazmente com as preocupações internas. Entretanto, isso ocorre por conta da natureza intrincada dos problemas de segurança que enfrentam. Ao contrário das potências mais desenvolvidas, esses países confrontam desafios multifacetados que transcendem as meras ameaças tradicionais. Questões econômicas, sociais e políticas desempenham um papel preponderante, criando uma teia de desafios que as potências mais robustas não experimentam da mesma maneira.

Por conta disso, é preciso elucidar os pontos relevantes e inerentes da segurança no Terceiro Mundo, que não se concentram na esfera militar. Primeiramente, em relação ao que se encontra na esfera da ameaça, Ayoob diz:

(...) É preferível definir segurança em relação às vulnerabilidades que ameaçam, ou têm potencial, para derrubar ou enfraquecer significativamente as estruturas estatais, tanto territoriais como institucionais. (...) Por outras palavras, o peso da dívida, ou mesmo a fome, não se tornam parte do cálculo de segurança para efeitos desta definição, a menos que ameacem resultados políticos que afetam a capacidade de sobrevivência dos Estados (tanto no plano territorial como no sentido institucional ou ambos) ou de governar as elites dentro desses estados. (Ayoob, 1991, p. 259, tradução nossa)¹⁵.

Em segundo lugar, são justamente essas vulnerabilidades que afetam esses Estados, “além da violência clara e os conflitos nessa região, a maioria desses países tornaram-se inseguros por conta da pobreza, criminalidade, poluição, fome, expansão populacional e deterioração da qualidade de vida” (Azar; Moon, 1988, p. 3, tradução nossa)¹⁶. Não é possível ignorar as consequências que isso gera na configuração política estatal e, na sequência, nas relações exteriores. Para esses autores, existem dois níveis que diferem as condições de segurança entre o ocidente e os demais, são eles: “o nível de coesão política e a natureza do ambiente de segurança” (Azar, Moon, 1988, p. 6, tradução nossa)¹⁷. Eles ainda apontam para a fragilidade e falta de legitimidade política das entidades no Terceiro Mundo.

Estados do Terceiro Mundo muitas vezes carecem de legitimidade, já que as crises domésticas e conflitos étnicos podem levar a situação de conquista de um grupo que não reconhece o Estado, o que acaba por gerar um ciclo de instabilidades, ainda mais levando-se em consideração que não há capacidade suficiente para conter as divergências e dominar o território (Kelly, 2007). Como aponta o autor, “poucos países terceiro-mundistas apresentam

¹⁵No original: “it is preferable to define security in relation to vulnerabilities that threaten, or have the potential, to bring down or significantly weaken state structures, both territorial and institutional (...). In other words, debt burdens, or even famines, do not become part of the security calculus for the purpose of this definition unless they threaten to have political outcomes that affect the survivability of states (in either the territorial or the institutional sense or both) or of governing elites within those states”.

¹⁶No original: “Overt violence and conflict aside, most developing countries have become insecure places to live in because of chronic poverty, crime, pollution, famine, population expansion, and a deteriorating quality of life”.

¹⁷No original: “their degree of political cohesion, and the nature of their security environments”.

essas qualidades estatais e por isso enfrentam crises internas regularmente (...), estados fortes apresentam raízes profundas na sociedade civil e comandam alta lealdade constitucional” (Kelly, 2007, p. 217, tradução nossa)¹⁸. Esse histórico de turbulência perpetua-se de modo que a instabilidade dos estados não foi superada, o que classifica a fraqueza dos mesmos.

Portanto, os desafios estão ligados à fragilidade política que esses enfrentam, tendo precedentes na formação de seus Estados. Algo notável de diferença entre nações europeias e nações do Terceiro Mundo é o tempo que tiveram para a consolidação de seus Estado e o exercício de manejar esse poder, isto é, países ocidentais obtiveram maiores experiências, tanto de fracasso quanto de sucesso (Ayoob, 1991).

Há semelhança entre as experiências de ambos na construção do Estado, sendo justamente os desafios de consolidação estatal, inerente a qualquer país em sua fase inicial. Entretanto, é preciso atentar-se para as divergências. Entre elas, estão o ritmo desse processo, a pressão em relação ao processo de securitização, desafios internos e violência, que acabam por desfavorecer os países do Terceiro Mundo (Ayoob, 1991). O autor ainda explica:

Esta redução drástica do período de tempo e a redução das várias fases da criação do Estado, combinada com o nível inicialmente baixo de poder estatal a partir do qual a criação do Estado ocorre, fornecem a principal explicação para os agudos desafios internos às estruturas centralizadoras do Estado nos países em desenvolvimento e pelo elevado nível de violência endêmico na atual fase de construção do Estado no Terceiro Mundo. Estes desafios – quer colocados sob a forma de etnia ou de classe, quer numa combinação dos dois – e as respostas violentas a eles são funções do baixo nível de legitimidade de que goza a maioria dos Estados do Terceiro Mundo nas suas sociedades; constituem o núcleo dos problemas de segurança que estes Estados e os seus regimes enfrentam. (Ayoob, 1991, p. 270, tradução nossa)¹⁹.

Portanto, a rápida transição dos países do Terceiro Mundo na formação do Estado e construção da nação, combinada com pressões persistentes e baixo nível de legitimidade estatal, contribui para os desafios de segurança interna enfrentados por esses países. Justamente por conta desses fatores, Azar e Moon (1988) definem três dimensões para a política doméstica nesses locais: *software*, *hardware* e o ambiente de segurança. Eles definem o seguinte:

¹⁸No original: “*Few Third World states have these qualities of stateness and so they face regular internal crises (...) strong states have deep roots in civil society and command high constitutional allegiance*”.

¹⁹No original: “*This drastic shortening of the time frame and the telescoping of the various phases of state making, combined with the initially low level of state power from which state making takes place, provide the primary explanation for the sharp internal challenges to the centralizing state structures in the developing countries and for the high level of violence endemic in the current phase of state making in the Third World. These challenges—whether posed in the garb of ethnicity or class or a combination of the two—and the violent responses to them are functions of the low level of legitimacy enjoyed by most Third World states within their societies; they form the core of the security problems facing these states and their regimes*”.

Embora o ambiente de segurança seja um indicador essencial da ameaça externa e do padrão de aliança, o lado do *hardware* da gestão da segurança envolve capacidades físicas, doutrinas estratégicas, estrutura de força e escolha de armas. Por outro lado, o lado do *software* refere-se à legitimidade política, à integração e à capacidade política global. As abordagens tradicionais têm-se preocupado com o ambiente e o *hardware* de segurança, o que poderia dificultar a compreensão dinâmica das realidades de segurança nacional do Terceiro Mundo. Mais atenção do lado da segurança nacional do Terceiro Mundo na gestão da segurança, devido à frágil legitimidade política, sociedades fragmentadas, construção nacional incompleta e capacidade política rígida. Além disso, o lado do *software* do gerenciamento de segurança é a variável interveniente crucial que liga o ambiente de segurança ao *hardware*. (Azar; Moon, 1988, p. 8, tradução nossa)²⁰.

Desse modo, eles apontam para a inconveniência em analisar a segurança e defesa no Sul Global a partir de perspectivas tradicionais, ou seja, o *hardware*, já que é muito mais relevante para esses países primeiramente estruturarem o seu *software*, a fim de consolidar um Estado mais forte e, assim, com capacidades de voltar-se majoritariamente para ameaças externas. Dessa forma, a parte militar é muito importante para a segurança nacional, entretanto, não é a única forma de medir a qualidade e capacidade de defesa de um Estado. Ainda, o foco excessivo nesse campo pode gerar implicações negativas, que afetam inclusive a economia, já que muitos países acabam despendendo muitos gastos com capacidade militar, sendo que essa não é a validação de segurança estatal (Azar; Moon, 1988).

Essa concentração pelos autores na importância dos elementos do *software* de países do Terceiro Mundo para a sua defesa deve-se ao fato de reconhecerem que “não houve ainda tempo suficiente disponível para os decisores estatais nestes países desenvolverem os intangíveis ingredientes de segurança, incluindo a identificação das pessoas com o Estado (legitimação) e das pessoas entre si (integração)” (Ayoob, 1991, p. 267, tradução nossa)²¹.

Sobre os gastos com armamentos e outras ferramentas com fins militares, Azar e Moon (1988) argumentam sobre a existência de um clientelismo, isto é, uma dependência existente entre países do Terceiro Mundo e países ocidentais, classificando como um

²⁰ No original: “While relevant area of national security studies. Azar and Moon delineate three dimensions of national security policies: security environment, hardware and software. While security environment is an essential indicator of external threat and alliance pattern, the hardware side of security management involves physical capabilities, strategic doctrines, force structure, and weapons choice. By contrast, the software side refers to political legitimacy, integration, and overall policy capacity. Traditional approaches have been preoccupied with security environment and hardware, which could hinder dynamic understanding of Third World national security realities. More attention is due the dynamic software side of security management, because of fragile political legitimacy, fragmented societies, incomplete national-building, and rigid policy capacity. Moreover, the software side of security management is the crucial intervening variable linking security environment to hardware”.

²¹ No original: “that not enough time has been available to state makers in these countries to develop the intangible ingredients of security, including the identification of the people with the state (legitimacy) and of people with each other (integration)”.

tradicional “*trade-off* entre armas e manteiga” (Azar; Moon, 1988, p. 9, tradução nossa)²². Assim dizendo, a relação é marcada por uma troca injusta de produtos, gerado pela necessidade de uma certa parceria com Estados do Norte Global, a fim de garantir a segurança, o que acaba marcando várias interações desse tipo no cenário global. Aliás, mesmo que com atualizações nessas trocas, a relação injusta continua, pois os países dependem da transferência de tecnologia.

Portanto, infere-se que as dificuldades apontadas afetam diretamente as relações entre eles em um Complexo de Segurança, comportando-se radicalmente diferente dos CRS tradicionais, já que as preocupações e as interações não são as mesmas. Muitas das Organizações Internacionais (OI’s) no Terceiro Mundo servem para que os países possam lidar com problemas internos muito semelhantes. A exemplo disso, Kelly explica:

Estados próximos com dilemas de segurança interna análogos - conjuntos semelhantes de pressões centrífugas - provavelmente se alinham para reprimir conjuntamente e fortalecer reivindicações de soberania. Não surpreendentemente, preocupações compartilhadas moldam a qualidade da ordem regional. Se o problema central de segurança local não é a guerra interestadual, mas a fragilidade do Estado, os esforços de segurança regional são mais propensos a se concentrar na supressão da dissidência interna do que na gestão de conflitos interestaduais. As organizações de segurança regional não agrupam soberania tanto quanto a acumulam para repressão conjunta e coordenada. As OIs de estados fracos são coalizões de reforço mútuo da soberania, não corpos regionais integracionistas como a União Europeia. (Kelly, 2007, p. 218, tradução nossa)²³.

Assim, esses Estados buscam por um regionalismo mesmo sem haver forte regionalização, ou seja, uma boa integração. Mas isso não impede a análise de segurança regional como dinâmica independente. Aliás, é preciso entender a dinâmica local para uma identificação fiel à realidade dos complexos, por isso a importância da perspectiva teórica terceiro-mundista, que busca explicitar elementos inerentes a esses Estados, que acabam por diferenciar a dinâmica regional dos demais complexos tradicionais. Isto posto, implica-se na análise do próprio CRS sul-americano, já que os objetos de estudo desse trabalho estão ali contidos e compartilham um histórico de dinâmica regional que faz parte do entendimento de como comporta-se atualmente esse CRS.

²²No original: “*trade-off between guns and butter*”.

²³No original: “*Proximate states with analogous internal security dilemmas—similar sets of centrifugal pressures—are likely to coalign to jointly repress and buttress claims of sovereignty. Not surprisingly, shared concerns shape the quality of regional order. If the central local security issue is not interstate war but state fragility, then regional security efforts are more likely to turn on the suppression of internal dissent than interstate conflict management. Regional security organizations do not pool sovereignty so much as amass it for joint, coordinated repression. Weak-state regional IOs are mutual sovereignty reinforcement coalitions not integrationist regional bodies like the European Union*”.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem terceiro-mundista é de extrema relevância para os estudos do Sul Global, já que as dinâmicas não se assemelha. A segurança internacional no Terceiro Mundo é desafiadora devido à fragilidade dos Estados, que enfrentam desafios intrastaduais, como conflitos de separatismo e instabilidade política. Por conta disso, a política de defesa desses países diferem-se de países ocidentais, já que em muitos casos apresentam uma dificuldade em elaborar política de defesa voltadas as ameaças externas, pois apresentam demasiadas vulnerabilidades internas. A formação rápida desses Estados, pressões persistentes e baixo nível de legitimidade contribuem para os desafios de segurança interna. Portanto, Azar e Moon propõem uma abordagem que considera o "software" (legitimidade política, integração e capacidade política) antes do "hardware" (capacidades físicas e militares) para o Terceiro Mundo, de modo a compreender as dinâmicas de segurança dos países periféricos, ao invés de utilizar-se da abordagem que não contempla as questões desses, mas somente do Norte Global.

3 A SEGURANÇA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

Neste capítulo será abordado, em um primeiro momento, o Complexo Regional de Segurança Sul-americano, a partir da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, de Buzan e Waever (2003), mas expondo as dinâmicas atuais do CRS, indicando a situação do mesmo, o que contribuirá para o entendimento das interações na região, principalmente no que diz respeito à segurança e defesa. Não somente isso, mas também evidenciará a dificuldade da elaboração de políticas de defesas, pensadas na dissuasão extrarregional, isto é, a ausência de uma perspectiva, ao menos não latente, de penetração na região.

Inclusive, tal dificuldade pode ser vista a partir da singularidade da região, isto é, inúmeras questões históricas e também questões atuais, tais como “a presença política do crime organizado, a violência interna (decorrente de crimes ligados ao tráfico de drogas, da corrupção, da pobreza e da desigualdade), a presença de movimentos indígenas nos Andes e na Amazônia, a região amazônica e sua importância internacional” (Cadoná; Oliveira, 2017, p. 271).

Em um segundo momento, após explicitado o histórico sul-americano no referido assunto, será trazida a questão amazônica, justamente para contrapor o suposto pensamento de ausência de ameaças. Para tanto, a sua multidimensionalidade será exposta, de modo a clarear a relevância da Amazônia, principalmente para os países que dela fazem parte.

3.1 O CRS DA AMÉRICA DO SUL

O estudo dos Complexos Regionais de Segurança se dá por meio de quatro níveis de análise distintos: o doméstico, o entre Estados, a interação da região com seus vizinhos e a interação entre a região e as potências globais. Esses quatro níveis formam a “constelação de segurança” (Buzan; Waever, 2003, p. 223, tradução nossa)²⁴ que molda a dinâmica e as relações de um CRS. E conforme citado, os autores descrevem os Complexos apontando as suas dinâmicas e processos de construção social e a sua estrutura. Assim, os CRS são:

(...) definidos por padrões duradouros de amizade e inimizade que assumem a forma de padrões de interdependência de segurança sub globais e geograficamente coerentes. O caráter particular de um CRS local é muitas vezes afetado por fatores históricos, como inimizades de longa data (...), ou pelo compartilhamento cultural da área civilizacional (...). (Buzan; Waever, 2003, p. 45, tradução nossa)²⁵.

²⁴No original: “*security constellation*”.

²⁵No original: “(...) *defined by durable patterns of amity and enmity taking the form of subglobal, geographically coherent patterns of security interdependence. The particular character of a local RSC will often be affected by historical factors such as long-standing enmities (...) or the common cultural embrace of a civilisational area (...)*”.

Além disso, o CRS abrange uma série de aspectos fundamentais que desempenham um papel crucial na análise da dinâmica regional de segurança. Assim, é preciso elucidá-los. Esses aspectos estão contidos dentro de dois elementos: a estrutura e a interação. Em relação ao primeiro, existem quatro aspectos. O primeiro aspecto é o princípio ordenador, isto é, a natureza das unidades envolvidas, precisando haver dois ou mais Estados autônomos, para que então obtenha-se uma estrutura anárquica. O segundo é a ordem, podendo ser padrão ou centrada (o desenvolvimento de cada uma estará na sequência), enquanto que o terceiro é a polaridade, ou seja, unipolar, bipolar ou multipolar.

Já o último aspecto diz respeito às fronteiras, que diferenciam um CRS de outro e os Estados que fazem essa fronteira são chamados de “Estados insulares”, enquanto que os chamados “Estados tampão” dividem potências regionais dentro de um mesmo Complexo. Além das fronteiras do Complexo, existe a fronteira do subcomplexo, que apresenta padrão de segurança diferente. (Buzan; Waever, 2003).

Em relação à interação, os aspectos levados em consideração são a polarização, o padrão cooperação-conflito, as unidades (pré-moderno, moderno e pós-moderno), as dinâmicas locais e a penetração extrarregional. Então, a formação de um CRS se dá pela interação das variáveis citadas. Segundo os autores, existem dois tipos de CRS, o padrão (*standard*) e o centrado (*centred*).

O CRS padrão é definido por potências regionais, as quais não possuem poder de nível global, então, mesmo que seja um Complexo unipolar, esse não será dominado pelas dinâmicas de segurança da potência regional, na verdade, sofrerá alta interferência externa. Em um CRS padrão o aspecto central da política de segurança reside nas interações internas da região (Buzan; Waever, 2003). Inclusive, é importante pensar nessa questão quando se olha para a política externa na região amazônica, para melhor entender as motivações de cada Estado amazônico.

O CRS centrado pode ser de três tipos. Um CRS centrado em regimes ou instituições, ao invés de um Estado, ou então um CRS unipolar, centrado em uma grande potência ou, a terceira forma, em uma superpotência. Nesses dois últimos casos, “a expectativa é que o poder de nível global dominará a região (unipolaridade) e que o que seria considerado como poderes regionais (...) não terão peso relativo suficiente para definir outro polo regional”

(Buzan; Waeber, 2003, p. 55, tradução nossa)²⁶. Todavia, também falam de um CRS centrado com potência regional, mas apontam para a inexistência desse caso.

Já tratado aspectos fundamentais do CRS, para Buzan e Waeber (2003), a América do Sul representa uma anomalia, já que há relativamente poucas guerras interestaduais e as questões internas são consideradas mais importantes. Isso porque:

A possibilidade de guerra certamente não esteve ausente do continente: a força militar foi ameaçada ou utilizada mais de duzentas vezes no século XX (Mares 1997: 195; 2001: 38). A América do Sul não tem sido uma comunidade de segurança nem nada próximo disso. Ainda assim, houve relativamente poucas guerras e as que ocorreram no século XX foram marcadamente mais limitadas e menos destrutivas do que as do século XIX. (Buzan; Waeber, 2003, p. 304, tradução nossa)²⁷.

Assim, os autores descrevem a América do Sul como uma situação de "*under-conflictual anomaly*", isto é, uma situação que não se encaixa nos padrões usuais de conflito. Além disso, discutem a possibilidade da divisão do Complexo Regional de Segurança (CRS) sul-americano em dois sub complexos distintos: o Norte-Andino e o Cone-Sul. Entretanto, essa divisão não se concretiza devido à função de mediação exercida pelo Brasil entre essas regiões, bem como à interconexão existente entre os esquemas de integração nesse contexto (Buzan; Waeber, 2003). Esses fatores contribuem para a manutenção da coesão regional e reforçam a importância de uma análise mais aprofundada das dinâmicas de segurança na América do Sul. Para tanto, será detalhado o histórico do CRS da América do Sul.

3.1.1 O CRS durante a Guerra Fria de acordo com a teoria de Buzan e Waeber (2003)

Na América Latina pré-Guerra Fria, o cenário doméstico era caracterizado por estados vulneráveis devido a tensões sociais e a flutuação de políticas entre diversas formas de extremismo, o que resultava em fragilidade estatal. Com isso, um ciclo distintivo de extremismo, que transitava entre conservadorismo, populismo e radicalismo, provocava mudanças frequentes entre regimes democráticos e não democráticos (Buzan; Waeber, 2003)

²⁶ No original: "*The expectation in these cases is that the global level power will dominate the region (unipolarity), and that what would otherwise count as regional powers (...) will not have sufficient relative weight to define another regional pole*".

²⁷ No original: "*The possibility of war certainly has not been absent from the continent: military force has been threatened or used more than two hundred times in the twentieth century (Mares 1997: 195; 2001: 38). South America has not been a security community or anything close to it. Still there have been relatively few wars, and those that have occurred in the twentieth century have been markedly more limited and less destructive than those of the nineteenth century*".

Ainda para os autores, a intervenção dos Estados Unidos (EUA) durante a Guerra Fria tinha como objetivo evitar alinhamentos pró-soviéticos, culminando em períodos de regimes militares na região. Por isso, a politização da segurança, com atores de direita explorando as preocupações dos EUA em relação à esquerda, resultou em regimes pró-EUA e políticas de segurança centradas na contenção da subversão interna (Buzan; Waever, 2003). Os Estados Unidos fortaleceram as forças armadas locais como aliados políticos, contribuindo para uma maior militarização geral. O Estado latino-americano ocupava uma posição intermediária entre a fraqueza e a força, o que complicava a mobilização para a guerra, mas evitava a desintegração e essas dinâmicas tiveram impactos significativos na segurança regional, influenciando as políticas internas e externas ao longo da Guerra Fria (Buzan; Waever, 2003).

Em relação ao nível regional, região sul-americana, permeada por controvérsias interestatais, destaca-se pela notável ausência de conflitos em larga escala, mesmo considerando a tendência histórica da região para mudanças forçadas nas fronteiras. Essa característica é atribuída, em parte, à vastidão e baixa densidade populacional de certas áreas, fatores que contribuem para mitigar potenciais conflitos. Além disso, como fora mencionado, segundo Buzan e Waever (2003), o Brasil desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade regional.

Os conflitos interestaduais presentes na região podem ser categorizados em três categorias distintas, sendo a primeira “Brasil-Argentina”. A rivalidade entre essas nações abrange questões de *status*, liderança regional, equilíbrio de poder e competição por influência nos estados-tampão (Buzan; Waever, 2003). A persistência dessa rivalidade é evidente, especialmente na margem leste do Rio da Prata, controle do sistema fluvial e territórios que se tornaram estados-tampão. No século XX, houve uma disseminação ampla do pensamento geopolítico, acompanhada por percepções mútuas de ameaça, incluindo o receio de cercamento por parte do Brasil, liderado pela Argentina. (Buzan; Waever, 2003)

A segunda categoria é a de relações entre outros Estados significativos. Destacam-se notáveis conflitos entre Argentina-Chile, Chile-Bolívia, Chile-Peru, Peru-Ecuador, Colômbia-Venezuela, Argentina-Grã-Bretanha sobre as Ilhas Malvinas/Falkland apontadas pelos autores, além de questões relacionadas à Antártica.

Por fim, tem-se a categoria Estados-tampão, compostos por Equador, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Embora tenham perdido parcelas significativas de território, sua manutenção como Estados-tampão é essencial para evitar confrontos diretos entre os principais estados (Buzan; Waever, 2003).

Tratando-se do nível interregional e global, os EUA têm significativo destaque. É saliente observar que, embora os EUA tenham desempenhado um papel de relevância na região, devido a preocupações econômicas e à ameaça comunista, as respostas dos países latino-americanos foram caracterizadas por estratégias diversificadas e bem pensadas. As intervenções norte-americanas eram frequentemente justificadas por argumentos de segurança, enquanto os Estados latino-americanos buscavam ativamente equilibrar suas relações, eventualmente adotando estratégias como a unidade bolivariana ou a busca de proteção extra-hemisférica (Buzan; Waever, 2003). A abordagem geral da América Latina em relação aos EUA pode ser descrita como um equilíbrio restrito, evidenciando uma postura lógica e consistente para lidar com a complexidade das relações com o Norte.

3.1.2 O CRS pós-Guerra Fria de acordo com a teoria de Buzan e Waever (2003)

Na etapa pós-Guerra Fria na América do Sul, observam-se três desenvolvimentos de nível doméstico interligados: democratização, redução da influência militar na política e reforma neoliberal com internacionalização das economias e reestruturação dos Estados (Buzan; Waever, 2003). Embora a democratização não seja uma novidade, ela contribuiu para a estabilidade dos sistemas políticos, mitigando oscilações entre radicalismo, populismo e golpes militares. A influência militar experimentou uma redução, mas persistem dúvidas sobre o controle independente da política de defesa (Buzan; Waever, 2003). A redefinição dos papéis militares entrelaça-se com a nova postura dos EUA em relação às forças armadas, ao passo que desafios como o combate às drogas as conduzem de volta ao enfrentamento de ameaças internas. Dois elementos adicionais incluem a influência política dos movimentos indígenas e a securitização do desenvolvimento social, que apresenta a marginalização como uma ameaça existencial (Buzan; Waever, 2003).

Em nível regional, emerge a centralidade de dois sub-complexos regionais: o Cone Sul e os Andes. No Cone Sul, evidencia-se uma notável inclinação rumo à democratização, estabilidade política e cooperação entre Argentina e Brasil, culminando na criação do Mercosul (Buzan; Waever, 2003). Segundo os autores, a resolução eficaz de disputas fronteiriças contribuiu para a metamorfose da região em uma comunidade de segurança, embora desafios persistentes, como a questão do acesso ao mar da Bolívia, continuem a demandar atenção. Já nos Andes, subsistem conflitos fronteiriços e tensões políticas, com destaque para a problemática associada ao tráfico de drogas e à crescente influência dos EUA na região. Dessa forma, o Brasil desempenhou papel preponderante, consolidando sua

presença militar na fronteira com a Colômbia e enfrentando desafios relacionados ao narcotráfico na Amazônia (Buzan; Waeber, 2003).

No nível interregional e global, nesse momento, é tratado da relação da região com os EUA. Diversas questões ganham destaque, incluindo preocupações relacionadas às drogas, mudanças na política econômica, integração regional e a evolução das relações bilaterais. A problemática das drogas é sublinhada pela utilização da política de certificação pelos EUA, embora haja controvérsias quanto à sua eficácia (Buzan; Waeber, 2003). Após a Guerra Fria, observou-se uma reorientação das prioridades norte-americanas, com um enfoque crescente em aspectos econômicos e sociais, manifestando-se no apoio à liberalização econômica na América do Sul.

A integração regional, notadamente por meio do Mercosul, desempenha um papel relevante nas políticas da Argentina e do Brasil. A dicotomia entre cooperação hemisférica e sub-regionalismo, evidencia preferências diversas na região e essas dinâmicas culminaram em alterações nas relações bilaterais, com Argentina e Brasil estabelecendo interações mais equilibradas com os EUA (Buzan; Waeber, 2003). Adicionalmente, como já fora dito no capítulo anterior, há uma transformação nas preocupações de segurança, que passaram a enfatizar questões sociais e econômicas, como drogas, migração e meio ambiente.

3.1.3 Atualização do CRS

O Complexo Regional Sul-americano é classificado por Buzan e Waeber (2003) como padrão e sobreposto, mas não penetrado, e estruturado até certo ponto, além de não haver algum nível analítico que se sobressaia (doméstico; regional; interregional/global). Ademais, eles afirmam que a América do Sul “está na zona cinzenta entre os dois tipos de RSC, normal e centrada” (Buzan; Waeber, 2003, p. 340, tradução nossa)²⁸. Por conta disso, é posto em pauta por eles a divisão do CRS entre Norte Andino e Cone Sul, mas o que impede até aquele momento é a atuação do Brasil e a significância dos regionalismos, tal qual o Mercosul.

Entretanto, devido aos acontecimentos de grande impacto para a região desde a publicação da obra sobre a Teoria dos CRS, urge a necessidade de uma atualização da análise sobre as dinâmicas locais. Algo de enorme relevância, por exemplo, foi a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, com o objetivo de fomentar a integração dos doze países membros que assinalaram o Tratado Constitutivo, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. De acordo com o artigo 2º do Tratado, pretende-se:

²⁸ No original: “*It is in the grey zone between the two kinds of RSC, normal and centred*”.

(...) construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (UNASUL, 2008).

Para além disso, os países também prevêm a cooperação no âmbito da segurança, tanto que, ainda em 2008, no dia 15 de dezembro, aprovaram a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), para promover a colaboração no âmbito da segurança entre os membros, incluindo a formulação de políticas de defesa conjunta, intercâmbio entre as Forças Armadas, realização de exercícios militares compartilhados, iniciativas para fomentar a confiança mútua, entre outros. Entretanto, é preciso olhar também para a dificuldade da cooperação nesse âmbito, pois:

Ainda que a situação histórica de dependência econômica seja um ponto de aproximação, as rivalidades históricas, a presença política do crime organizado, a violência interna (decorrente de crimes ligados ao tráfico de drogas, da corrupção, da pobreza e da desigualdade), a presença de movimentos indígenas nos Andes e na Amazônia, a região amazônica e sua importância internacional etc., tornam a América do Sul uma região complexa, marcada por singularidades regionais e nacionais, criando dificuldades para que se elabore (e se execute) uma agenda comum e de integração na área da defesa e da segurança. (Caddoná; Oliveira, 2017, p. 271).

Mesmo com esse histórico da região, o Brasil, como já afirmado por Buzan e Weaver, agora também através da UNASUL, se apresenta como uma liderança, já que foi o maior incentivador dessa integração. Portanto, é um ator que tem o papel de conectar os sub-complexos Norte-Andino e Cone-Sul, e “o protagonismo exercido pelo país na criação da Unasul e do seu Conselho de Defesa o qualifica como ator central para o CRS, exercendo sua hegemonia regional via institucionalização e agregação para um processo de integração regional” (Fuccille; Rezende, 2013, p. 85).

Essa posição brasileira deve-se também ao afastamento dos EUA da região devido aos seus próprios interesses terem-se voltado para outras regiões e, aproveitando disso, “o que os Estados da região sempre buscaram fazer foi um balanceamento reprimido, em que tentavam realizar um distanciamento relativo dos EUA” (Fuccille; Rezende, 2013, p. 82), porém com o cuidado necessário, mantendo relações com os norte-americanos mas, inclusive, sofrendo certa influência ainda. Mesmo assim, abandonada a ideia de uma única América, liderada pelos EUA, abriu-se espaço para maior autonomia dos sul-americanos.

Então, para lidarem com os assuntos de segurança, sem a participação direta dos EUA, é que se insere o contexto da UNASUL e do CDS. Outro fator contribuinte, seria a “democracia, aliada a fatores como a insatisfação de implementação de modelos neoliberais (...) possibilitaria uma “Virada à esquerda na região” (Carvalho; De Souza, 2018, p. 316-317), isto, inclusive, facilita a compreensão da importância do nível doméstico nessa análise, já que diferentes ideologias de governo proporcionam diferentes caminhos no âmbito da política externa também. A exemplo disso, com a alternância entre governos de orientação mais à esquerda para aqueles mais à direita, exemplificado pelos casos recentes do Brasil e da Argentina, impactou de maneira significativa a atuação de instituições como a UNASUL, resultando na retirada de alguns países do órgão. No contexto brasileiro, a volta de um governo de inclinação mais à esquerda neste ano resultou no retorno do país à participação na UNASUL.

Nesse sentido, recuperados os ânimos para o âmbito externo e para a integração da região, o Brasil reforça sua vontade de liderança, o que deve influenciar demais países a reativarem suas respectivas participações, devido justamente ao seu histórico de influenciador local. Mas, voltando ao aspecto da consolidação do CDS, a sua institucionalização refletiu a vontade regional de trabalho conjunto em matéria de defesa. Além disso, “nas relações interestatais, o que se viu foi a manutenção de uma cultura lockeana, com níveis de confiança ainda maiores do que os anteriores” (Carvalho; De Souza, 2018, p. 319).

Um acontecimento propulsor da criação do CDS, aponta Carvalho e De Souza (2018), foi um conflito entre Equador e Colômbia, quando este último, em uma tentativa de ataque às Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) atingiu território equatoriano. Esse ataque ao Equador “levou a um cenário de crise, agravado ainda mais por fatores ideológico: a Colômbia, apoiada pelos Estados Unidos, havia violado um direito de um país ‘bolivariano’, fortemente crítico aos EUA e apoiado pela Venezuela (...)” (Abdul-Hak, 2013; Fuccille, 2014, apud Carvalho; De Souza, 2018, p. 318).

Com esse ocorrido e o aborrecimento com a interferência de instituições do Norte Global na tentativa de resolver a questão, “(...) o que se percebeu foi a necessidade de um órgão sul-americano que fosse capaz de lidar com um problema entre países sul-americanos” (Carvalho; De Souza, 2018, p. 318), desse modo, o CDS nasceria para preencher tal lacuna. No artigo 4º do Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano é definido os objetivos gerais do órgão:

- a) Consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos e

como contribuição para a paz mundial. b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe. c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (Chile, 2008).

No âmbito regional, a abordagem de segurança no CRS direcionou-se predominantemente para ameaças não estatais, notadamente o tráfico de drogas e, simultaneamente, observou-se uma crescente ênfase no desenvolvimento social, incorporado aos diálogos em fóruns globais voltados para a segurança (Carvalho; De Souza, 2018). A dedicação a essas temáticas também deve-se ao fato dos países da região não apresentarem grandes rivais estatais, a ponto de gerar certa insegurança, na verdade, ocorre o contrário, cada vez mais questões não tradicionais tornam-se o foco dos assuntos de segurança, como os citados e, por exemplo a própria Amazônia, principalmente em relação às suas fronteiras, como será visto no próximo capítulo. Entretanto, também como será apontado, muitas vezes as ameaças não são consideradas a ponto de trabalhar em cima de uma política de defesa adequada.

Outro órgão criado que demonstra a intenção de ação conjunta entre os Sul-americanos em matéria de defesa é o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), gestado oficialmente em 2011, com sede em Buenos Aires (ARG). O centro foi pensado a partir da sua capacidade de contribuição nas agendas de política de defesa, para uma boa coordenação e harmonia das mesmas (Cadoná; Oliveira, 2017). Não somente esse órgão, bem como a outros feitos, tal como planos de ações do CDS, diagnósticos, e estudos do mesmo, além da Declaração sobre a América do Sul como uma Zona de Paz, representam o histórico de sucesso na direção de uma consolidação da cooperação em matéria de segurança e defesa na América do Sul, contribuindo para o fortalecimento do CRS da região.

Nesse sentido, a institucionalização da autonomia regional possibilita a aproximação dos dois sub complexos da América do Sul, liderada pelo Brasil, contribuindo para a fusão de ambos e não na divisão como apontam Buzan e Waeber, e esse protagonismo corrobora com a posição de ator central do CRS (Fuccille; Rezende, 2013). Além disso, os autores ainda afirmam:

A unipolaridade do Brasil na América do Sul indica um CRS centrado, quer o país assuma ou não a posição de fiador disso. É nesse ponto que um complexo regional de segurança se difere de uma comunidade de segurança: para o primeiro, não é necessário que as relações sejam harmoniosas, mas sim que as dinâmicas de segurança da região sejam centralizadas em um único ator. Ainda que por vezes, conforme demonstramos, o Brasil careça de maturidade como fiador das instituições regionais, todas as principais

dinâmicas de segurança da região têm passado, de alguma forma, sob a égide brasileira. (Fuccille; Rezende, 2013, p. 93).

Essa caridade de maturidade apontada pode ser analisada a partir do âmbito doméstico, ou seja, enquanto não houver plena definição do papel do Brasil, enquanto Estado, no âmbito da política externa, também não haverá uma consolidação de hegemonia regional, que fica a depender de cada governo e suas pretensões ideológicas. Isso acaba por afetar a definição de política externa do país. A exemplo do caso da Amazônia, enquanto se tem apenas um discurso defendido por políticos, faltam ações mais direcionadas e assertivas por parte do Ministério da Defesa, que falha ao encaixar a região nas suas políticas de defesa, mesmo sendo evidenciado a sua dimensão. Entretanto, de modo a corroborar com esse argumento de importância da Amazônia, será evidenciado essa questão logo a frente.

Ademais, como apontado por Cadoná e Oliveira (2017), o Brasil enfrentou uma situação política que afetou a sua estabilidade interna e ameaça de sua liderança na região, iniciada com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e que, anos depois, alcançou a saída do país da UNASUL, que colocou em dúvida a continuidade de movimentos para obter destaque como país hegemônico na região. Mas, a probabilidade é que esse cenário seja revertido, agora com a volta de um governo mais propício a exercer esse papel.

Mesmo com a falta de estabilidade da liderança brasileira, Fuccille e Rezende (2013), existe essa intenção por parte do país de atuar como potência regional, evidenciado pela sua condução na criação dos principais órgãos locais em matéria de segurança, além de ser uma ponte entre o Norte-Andino e o Cone-Sul. Mas, é preciso pontuar também uma nova dinâmica da relação dos EUA com a região, especialmente no Norte-Andino, devido ao desejo do combate ao tráfico de drogas.

Contudo, tendo devida atenção aos fatos, destaque-se os desafios enfrentados na consolidação da UNASUL como iniciativa de integração, a vulnerabilidade da posição do Brasil na região, e, sobretudo, a extensão em que o contexto mais recente, caracterizado por desdobramentos nas dinâmicas internas, como no Brasil, levanta questionamentos sobre a própria essência do CRS Sul-Americano (Cadoná; Oliveira, 2017). Por conta disso, evidencia-se a necessidade de fortificação dos órgãos citados para que se mantenha um CRS estruturado, garantindo autonomia regional, ao invés da divisão entre os sub complexos. Por fim, para a compreensão das transformações do CRS, observe a Quadro 1.

Quadro 1 - Atualização do CRS

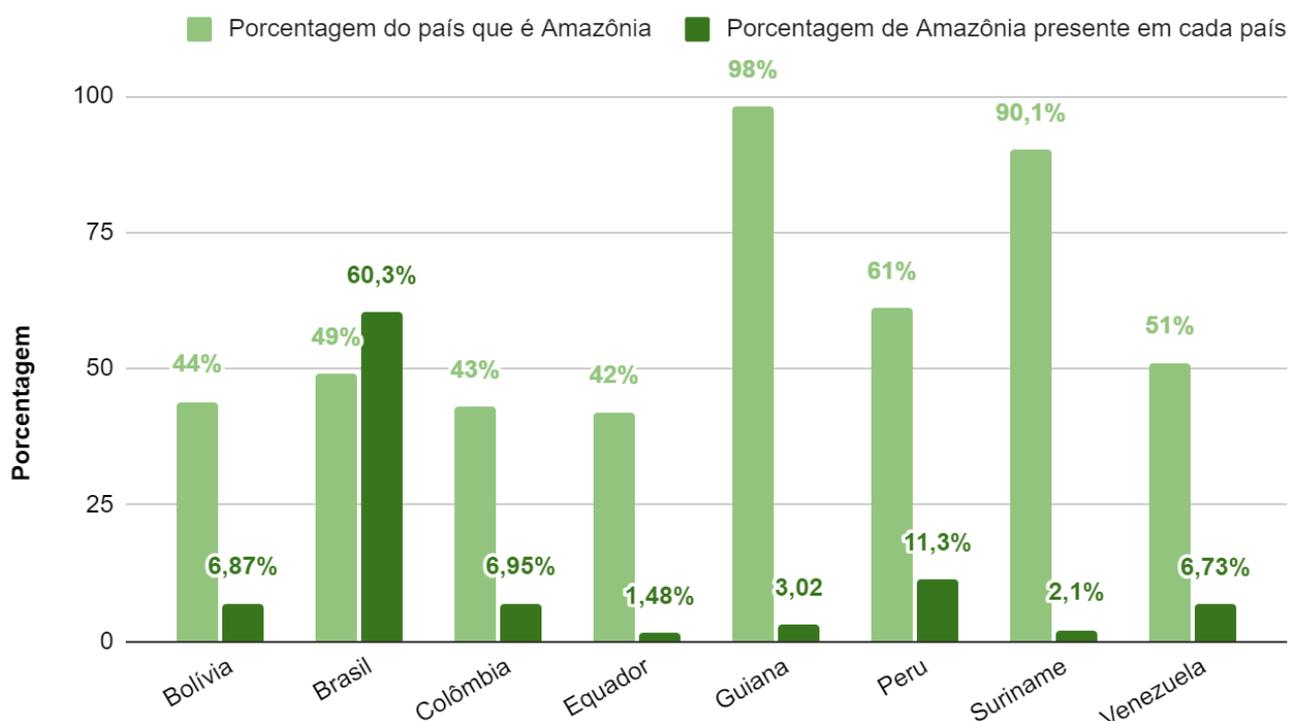
	DURANTE A GUERRA FRIA	PÓS GUERRA FRIA	PÓS 2003
ESTRUTURA			
Princípio ordenador	Anárquico	Anárquico	Anárquico
Ordem	Padrão	Padrão	Centrada
Polaridade	Bipolar (Brasil x Argentina)	Unipolar sem projeção de poder	Unipolaridade instável
Fronteiras	Cone Sul: a. Estados insulares: Brasil, Argentina e Chile. b. Estados tampões: Paraguai, Uruguai e Bolívia Norte Andino: a. Estados insulares: Colômbia e Venezuela c. Estados tampões: Equador, Peru e Guiana	Cone Sul: a. Estados insulares: Argentina, Brasil e Chile; b. Estados tampões: Bolívia, Paraguai e Uruguai; Norte Andino: a. Estados insulares: Colômbia e Venezuela; b. Estados tampões: Equador, Guiana e Peru;	Cone Sul: a. Estados insulares: Argentina, Brasil e Chile; b. Estados tampões: Bolívia, Paraguai e Uruguai; Norte Andino: c. Estados insulares: Colômbia e Venezuela; d. Estados tampões: Equador, Guiana e Peru;
INTERAÇÃO			
Polarização	Média	Média	Baixa
Dinâmicas	Intrarregional: ditadura militar no Cone Sul; violência politizada; polarização doméstica Interregional: rivalidade Brasil-Argentina; conflitos fronteiriços Peru-Ecuador, Colômbia-Venezuela e Chile-Bolívia;	Intrarregional: tensões Colômbia-Venezuela e Guiana-Venezuela; Interregional: combate ao narcotráfico; Dois sub complexos regionais: Cone Sul / Norte Andino	Intrarregional: crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela; tensões entre Venezuela e Colômbia; combate ao narcotráfico; Dois sub complexos regionais: Cone Sul / Norte Andino
Penetração extrarregional	Alto (EUA- global)	Médio (EUA- interregional)	Médio (EUA- interregional)

Fonte: elaboração própria.

3.2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DA AMAZÔNIA E SEUS EFEITOS

Para explicitar a necessidade de compreensão do objeto desse estudo, isto é, o *status* da Amazônia, é também preciso explicar a sua importância, constatada a partir da sua multidimensionalidade e, também, por compor diversos países que acabam por compartilhar dinâmicas advindas deste local. Inclusive, muito se fala da porção amazônica presente em cada país, sendo a brasileira a maior, de maneira a contribuir com o entendimento da dimensão que essa representa, mas muito se esquecem a porcentagem do território que é amazônico. Essa visualização serve para ampliar a noção acerca das dinâmicas na região, já que em alguns casos quase a totalidade do país é território amazônico, por mais que represente baixa porcentagem da Amazônia inteira, como pode ser visto na Figura 2. Não só isso, como também será evidenciado o espaço que essa constitui no âmbito internacional, por conta dos seus recursos e seu papel no ecossistema global.

Figura 2: Relação entre a porcentagem da Amazônia em cada país



Fonte: Dados retirados da revista BBC (a partir dos dados da Resdal e Mongabay)

Outrossim, como fora posto, a Amazônia constitui-se como um centro de dinâmica de cooperação na América do Sul, colaborando com o CRS Sul-americano, como aponta Manuela Viana: “mesmo diante de escassas iniciativas de cooperação na América do Sul, a

existência de temas comuns à agenda de segurança - tais como a Amazônia, energia, democracia, integração econômica, tráfico de armas e refugiados - reforça a ideia de um complexo sul-americano de segurança” (Viana, 2015, p. 31).

Na verdade, inclusive, os outros temas demonstrados além da Amazônia, podem ser configurados como sub-temas dessa, já que a mesma abrange todos esses aspectos devido às variadas dimensões que a compõem. No entanto, é preciso contrariar a afirmação da autora acerca das poucas iniciativas de cooperação, pois, o que ocorre, é a pouca efetividade dessas, tal qual a OTCA, que por vezes carece da habilidade para resolver as questões que lhe dizem respeito (Correa, 2012). Isso pode ser explicado pelas características do CRS Sul-americano supracitadas no capítulo.

3.2.1 A geopolítica da Amazônia

Por mais que o pensamento de um vazio demográfico tenha sido (e ainda é encontrado) muito presente no século passado, é uma falácia. O que ocorria, e ainda ocorre, é a ignorância quanto a população local, pois, na verdade, são inúmeros comunidades que vivem na região. Inclusive, a luta pelo controle de territórios, chamada de territorialidade, fica clara quando diferentes grupos tentam dominar regiões específicas. Pessoas de várias origens entram na disputa pelo espaço, formando comunidades locais com metas políticas diferentes (Becker, 1990), mas que não estão presentes no conhecimento popular.

Segundo a autora, essa competição não só gera conflitos internos entre líderes locais pelo poder estatal, mas também leva a confrontos mais amplos. Para ela, a territorialidade intensa resulta em confrontos violentos, inclusive contra as estruturas do governo, causando mudanças na estratégia estatal. Conflitos por terra e território, especialmente em áreas ricas em recursos minerais, não apenas refletem disputas por dinheiro e poder, mas também levam à subjugação de comunidades, como as indígenas (Becker, 1990). Esse cenário complexo molda as relações entre grupos locais, o governo central e as consequências sociais dessas disputas territoriais. (Becker, 1990).

Ademais, percebe-se na atualidade uma coerção velada, deixando de lado os padrões da época de intervenções diretas na região por potências ocidentais e adotando manipulações mais sutis de modo a influenciar os Estados na tomada de decisões em relação ao seu território, como afirma Bertha Becker:

Verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada. Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta

através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempo diferenciados. (Becker, 2005, p. 71).

Não é novidade que as regiões, os territórios e o espaço no modo geral modificam-se conforme o passar dos anos e com as novas dinâmicas de interação desses com a humanidade. Portanto, a Amazônia brasileira também acompanhou as transformações da humanidade, levando a outras funcionalidades que não a do passado, muito caracterizada pelo ciclo da borracha e, depois, no período militar, pela integração ao restante do país através dos projetos estatais e das Forças Armadas.

A geopolítica atual na sociedade internacional pode ser caracterizada por dois níveis, segundo Bertha Becker (2005, p. 72), “um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais” e, justamente por sua multidimensionalidade, “a Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos”.

Ainda de acordo com a autora, atualmente verifica-se a necessidade em alterar o modelo desenvolvimentista do século passado, pois tornou-se essencial uma abordagem não predatória, bem como reconhecimento das culturas locais e seus saberes para com a Amazônia, interrompendo o padrão de uma economia de fronteira. Isso é uma necessidade de alcance internacional, nacional e regional. Já existem resistências na região contra a exploração indiscriminada de seus recursos, com atores locais defendendo seus direitos, sendo um isso algo significativo, visto que, até então, forças externas ocupavam a região sem restrições, embora enfrentando conflitos consideráveis (Becker, 2005).

Na verdade, os conflitos também acentuam-se com os atores locais reivindicando seus direitos, mas nesse caso se referem às demandas externas. Como afirma Becker (2005, p. 72) “esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento”. Um exemplo dessas imagens obsoletas é a ideia do vazio demográfico e a imagem de haver uma enorme quantidade de área preservada, que implicaria a ocorrência do uso correto de recursos da região, o que não é verdade.

3.2.2 Ameaças internacionais vinculadas à Amazônia

Os desafios encontrados na Amazônia não são poucos e não apenas internos, a própria constituição da Amazônia em diversos países já geram dificuldades compartilhadas, que na maioria das vezes ocorrem em vários Estados ou que então transbordam de um país para

outro. Além disso, esses também enfrentam ameaças extrarregionais, por vezes explícitas e por vezes disfarçadas de uma preocupação ambiental, principalmente com o crescente discurso, válido, do aquecimento global.

Dentre essas as ameaças internacionais pode-se citar a disputa por riquezas naturais, juntamente da transformação dos bens da natureza em mercadoria e do desafio da regulação do mercado da biodiversidade e presença de Organizações Não Governamentais, empresas e outras instituições, muitas vezes disfarçadas sobre a ótica da cooperação ou da preservação ambiental. Essas ameaças estão relacionadas a interesses econômicos, disputas por recursos naturais escassos e a transformação da Amazônia em um cenário de negócios internacionais, levando a preocupações sobre a preservação ambiental e a soberania da região.

Até pouco tempo atrás, prevalecia na visão internacional a concepção da Amazônia como uma vasta área de conservação crucial para a preservação global, considerando os impactos do desmatamento no clima e na diversidade biológica, em prol da sobrevivência do planeta, mas, assim como existe essa preocupação ecológica, existe também a lógica da globalização, que em certa medida destituiu as fronteiras entre países (Becker, 2005). Em outras palavras, embora a globalização seja associada à virtualidade dos fluxos e redes globais, ela não anula o valor e a relevância da riqueza localizada em lugares específicos. Essa riqueza local não se restringe apenas à natureza e recursos naturais, mas também inclui aspectos culturais, sociais e econômicos que são intrinsecamente ligados à Amazônia. Assim, apesar da era da globalização, a importância e o valor das riquezas presentes nos territórios físicos continuam desempenhando um papel significativo.

Levando em consideração o esgotamento de recursos naturais no globo, cada vez mais urgente, isso passa a ser disputa entre potências, que apresentam maior capacidade de influência em países periféricos. Citando Becker, “enquanto as tecnologias avançadas são desenvolvidas nos centros de poder, as reservas naturais estão localizadas nos países periféricos, ou em áreas não regulamentadas juridicamente. Esta é, pois, a base da disputa” (Becker, 2005, p. 77). Para explicar a mercantilização dos bens de natureza, usando o caso brasileiro, a autora aponta:

Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. É o caso da Peugeot, que faz investimentos no sentido de sequestro do carbono no Mato Grosso; na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry; a Mil Madeireira que, tem um projeto neste sentido no estado do Amazonas; a Central South West Corporations, de Dallas, uma empresa de energia que fez uma aquisição no Paraná de setecentos mil hectares, através da mediação da National Conservancy, da reserva da Serra de Itaqui; além dos projetos que não conhecemos, visto que uns são oficiais e outros não. (Becker, 2005, p. 77).

Esses são apenas alguns casos, entre os diversos que ocorrem, da atuação de transnacionais. Ademais, como já dito, ocorre o transbordamento de problemas de um país para o outro, que em muitos casos advém da atuação dessas empresas. Um exemplo disso é o caso de hidrelétricas construídas no Brasil que acabaram por gerar problemas ecológicos em países vizinhos, como a hidrelétrica no rio Madeira que gerou complicações para a Bolívia, em sua região amazônica (Aragón, 2018, *apud* WRM, 2010).

Todos esses fatores e condições já mencionados compõem os motivos que levaram à securitização do meio ambiente, que, portanto, acaba por englobar a Amazônia. Justamente pelo espaço que ocupa essa temática no mundo, cada vez mais importante, se dá a permanência da Amazônia na agenda internacional (Urt; Pinho, 2010).

Essa securitização envolve não tão somente a região em questão, bem como a soberania dos países que dela fazem parte, já que, de modo compreensível, sentem a suas respectivas soberanias desrespeitadas, além é claro da soberania regional. Isso acaba por gerar um ciclo prejudicial aos Estados e à Amazônia:

Em suma, a segurança da Amazônia tem sido definida por ações securitizadoras de sentidos opostos, que se retroalimentam. De um lado, ambientalistas partem do pressuposto (nem sempre verdadeiro) de que os Estados sul-americanos são ineptos para lidar com os problemas atinentes à floresta. Por isso, produzem discursos no sentido de intensificar a atuação de atores extra-amazônicos para assegurar a preservação dos valores ambientais relacionados com a preservação da floresta. De outro lado, setores nacionalistas das sociedades amazônicas, em reação aos discursos descritos acima, securitizar fortemente a integridade de seus territórios, destacando de várias formas a legitimidade de suas soberanias. (Urt; Pinho, 2010, p. 34-35).

Devido a esta disputa disputa de narrativas, ambos problemas acabam, por muitas vezes, não sendo contemplados com soluções satisfatórias, isto é, a soberania da região e dos Estados são contestados de modo que os fazem responder com a segurança generalizada de seus países, buscando por reforçar a legitimidade que possuem para tomar decisões em relação à Amazônia, mas, acabam por negligenciar a securitização do meio ambiente de modo integrado. Isso porque, quando se preocupam com a região e a sua biodiversidade e proteção florestal, não lidam de modo satisfatório, já que as abordagens são insuficientes e, ainda, isoladas, haja vista que não é pensada de modo que abranja a Amazônia como um todo, mas sim a Amazônia de cada país. Então, há uma continuação do ciclo dos ambientalistas de reivindicarem atuação externa na região para garantir a proteção da mesma.

Nesse sentido, a correta atuação na região, contemplando a preservação ambiental, cultural e tradicional, e mantendo a biodiversidade gera maiores benefícios para os próprios

países, reforçando a soberania e a capacidade de atuação, além é claro do benefício global evidentemente. Assim, “entender suas demandas como algo comum pode empoderar processos cooperativos de proteção que elevem a capacidade desses entes em promover segurança ao mesmo tempo em que consigam explorar tais recursos de forma sustentáveis e responsáveis" (Souza; et al, 2017, p. 45).

Nesse contexto, as políticas externa e de defesa, muitas vezes negligenciadas como iniciativas de políticas públicas, representam eixos fundamentais que deveriam guiar adequadamente a ocupação da Amazônia e o uso sustentável de seus recursos, prezando por abordagens que não incluam a destruição da região. Além disso, a salvaguarda da soberania em nosso território emerge como uma das responsabilidades primárias do Estado estabelecido, constantemente colocada à prova quando se aborda a macrorregião amazônica (Bragança; Tinoco, 2017). No entanto, ao analisar essas políticas, será percebido que não contemplam a Amazônia de modo integral.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível a urgência da atualização do CRS Sul-americano devido os eventos significativos desde a Teoria dos CRS. Inicialmente classificado como padrão e sobreposto, mas não penetrado, o CRS é estruturado até certo ponto, destacando a América do Sul na "zona cinzenta". Ademais, a proposta de dividir o CRS entre Norte Andino e Cone Sul é influenciada pela atuação do Brasil e pela importância de regionalismos como o Mercosul. Entretanto, um evento importante foi a criação da UNASUL, em 2008, buscando integração entre os países membros, com destaque para o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), para promover cooperação em segurança. No entanto, desafios como rivalidades históricas, crime organizado e questões sociais tornam a cooperação na área de defesa complexa. Nesse sentido, a abordagem de segurança no CRS foca em ameaças não estatais, como o tráfico de drogas, e destaca a importância da cooperação regional, mas também existem órgãos que buscam consolidar a cooperação em segurança.

Entretanto, o Brasil, atuando como líder na UNASUL, conecta os subcomplexos Norte-Andino e Cone-Sul, exercendo hegemonia regional, aliás, o afastamento dos EUA da região contribui para essa liderança. Mudanças ideológicas nos governos, como a "virada à esquerda", impactam a participação na UNASUL. No entanto, a liderança brasileira enfrenta desafios, como instabilidade política interna, impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a saída temporária da UNASUL. Apesar disso, o Brasil mantém a intenção de atuar como potência regional. Os desafios na consolidação da UNASUL, a vulnerabilidade da posição do

Brasil na região levantam questionamentos sobre a continuação dessa dinâmica e, por isso, é importante estudar a sua atualização.

Inclusive, a questão do CRS é bastante importante para a Amazônia, que se configura dentro de diversos países Sul-americanos, que traduz grande parte da cooperação da região, pois enfrentam desafios semelhantes devido a região amazônica. Além disso, destaca-se as ameaças extrarregionais, que muitas vezes não recebem a devida atenção e, ainda, geram um ciclo vicioso para os países amazônicos, já que precisam cuidar da sua soberania ao mesmo tempo em que precisam cuidar da Amazônia.

4 A POLÍTICA DE DEFESA NOS PAÍSES AMAZÔNICOS

Neste capítulo serão abordadas as Políticas de Defesa dos países amazônicos, através de uma análise documental. Para isso, em um primeiro momento, faz-se necessária a compreensão da dinâmica de segurança dos países de modo individual, buscando entender em qual contexto se dá às suas respectivas Políticas de Defesa, já que, apesar de compartilharem um histórico semelhante, apresentam desafios geopolíticos e prioridades distintas, indo de acordo com cada objetivo, missões e metas individuais. Isso contribuirá para o ponto central desse estudo, a compreensão da relevância amazônica que é atribuída por cada Estado.

Com isso, em um segundo momento, será feita a análise documental. Desse modo, com a intenção de abranger todos os países membros da OTCA, a Constituição de cada um foi adotada, para que haja o mesmo marco documental em todos os casos, já que, nem todos os países apresentam alguma Política de Defesa, como será evidenciado na seção 4.2. Além disso, indo de acordo com o objetivo inicial, outros documentos serão abrangidos, tais como Livro Branco de Defesa, Políticas de Defesa, Estratégias de Defesa e leis. A partir de então, será procurado entender o status que a Amazônia apresenta para cada país, se apresentam status semelhantes ou desiguais e se são ou não condizentes com a relevância que esta apresenta, como fora abordado no capítulo anterior.

4.1 SEGURANÇA E DEFESA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

4.1.1 Bolívia

A Bolívia é o país analisado que apresenta o Livro Branco de Defesa mais antigo, elaborado em 2004, mas que já trazia diversas questões para além daquelas tradicionais da defesa. Além disso, em 2016, foi elaborado um Plano Estratégico do Ministério da Defesa, que também aborda os objetivos e reflexões feitos pelo país.

Como fora dito, outras dimensões além das militares foram abordadas no LBD, principalmente questões sociais, de corrupção e o meio ambiente. Entretanto, com as mudanças governamentais, “Bolívia aumentou em 69% seu orçamento de defesa entre 2008 e 2016, com um investimento em defesa naquele último ano de cerca de 570 milhões de dólares, representando 1,67% de seu PIB” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 15-16, tradução nossa)²⁹. Isso deve-se à reestruturação das Forças Armadas com a nova constituição do país, elaborada em 2009.

²⁹ No original: “*Bolivia ha aumentado en un 69% su presupuesto en defensa entre 2008 y 2016, siendo su inversión en defensa en ese último año de unos 570 millones de dólares, lo que supone un 1.67% de su PIB*”.

Apesar das preocupações de natureza não tradicional, a Bolívia acaba por misturar sua política interna com questões de defesa e dissuasão. Nesse sentido, desafios enfrentados pela população no âmbito interno podem ser resolvidos com a ajuda das Forças Armadas, pois entendem que a segurança, independentemente do nível em que se fala, é responsabilidade de civis e militares (Campillo; Escáñez, 2019). Como fora visto, é comum Estados do Terceiro Mundo apresentarem problemas sociais e institucionais (como legitimidade), ou seja, problemas domésticos, dentro da sua abordagem de defesa, havendo uma dificuldade na separação entre interno e externo.

Nesse sentido, em seu Plano Estratégico, é apresentado como um dos objetivos o combate a corrupção, que está contido nas responsabilidades das Forças Armadas. Além disso, há uma ênfase na garantia da segurança dos cidadãos, em todos os seus âmbitos. Outros importantes objetivos de defesa do país são: “a proteção da diversidade cultural, dos recursos naturais, a participação no desenvolvimento socioeconômico ou o apoio à reivindicação inalienável e imprescritível do acesso ao Oceano Pacífico” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 16, tradução nossa)³⁰.

4.1.2 Brasil

Ao contrário da Bolívia, dentre os países analisados, o Brasil é o que apresenta o LBD mais recente, atualizado em 2020. Entretanto, a sua primeira versão foi estabelecida em 2012, conforme a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, quando foi aprovada a elaboração do documento e, ainda, o compromisso com a atualização do mesmo a cada quatro anos, sendo o único país a se comprometer com isso. Junto do Livro, também foi aprovada a elaboração da Estratégia de Nacional de Defesa, em complemento a Política Nacional de Defesa que já havia sido elaborada.

Seguindo a lógica do Artigo 4º da Constituição Federal, que apontam em seus incisos, a política de não-intervenção estatal, além da igualdade entre esses, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos, e em parágrafo único “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988, Art. 4, parágrafo único), em sua política de defesa o Brasil volta-se para a integração regional, a fim de se estabelecer com mais força dentro da ordem multipolar (Campillo; Escáñez, 2019).

³⁰ No original: “*la protección de la diversidad cultural, de los recursos naturales, la participación en el desarrollo socioeconómico o el apoyo a la reclamación irrenunciable e imprescriptible del acceso al Océano Pacífico*”.

Como fora visto anteriormente, o país desempenha um papel de potência regional, apesar do seus desafios de instabilidade, e, em virtude dessa condição, manifesta uma preocupação com a sua projeção tanto internacional quanto regional. Devido a isso, os documentos brasileiros atribuem maior atenção a esse aspecto, colocando em foco a sua necessidade de solidificar a sua posição em órgãos internacionais e regionais, de governança multilateral, além de expor sua intenção de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Campillo; Escáñez, 2019). Enquanto isso, os demais documentos e políticas analisados, as atenções estão mais voltadas às ameaças, independente de serem internas ou externas, já que se trata justamente de um documento sobre defesa e não apenas um documento de política externa.

Entretanto, não significa a total exclusão dessa questão na Política de Defesa brasileira, “entre as ameaças internacionais, o documento enumera, sem aprofundar, algumas como tráfico de armas e dinheiro, proteção da biodiversidade, biopirataria, ataques cibernéticos, escassez de recursos e desastres naturais” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 18, tradução nossa)³¹.

Em relação aos objetivos estratégicos, colocam o foco da cooperação em defesa, com ênfase na projeção de poder do país, como supracitado. Assim, o Brasil busca fortalecer a segurança regional, considerando-a um objetivo nacional crucial para garantir a estabilidade do país. Para as cooperações, são citadas organizações como a UNASUL, a Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência Naval Interamericana, entre outros (Campillo; Escáñez, 2019).

Missões de paz e investimentos no setor espacial são vistos como áreas de relevância estratégica para a projeção de seu poder, inclusive “é o país latino-americano que provavelmente mais investe nesse setor, por meio do desenvolvimento de satélites, veículos lançadores e projetos de cooperação espacial com Argentina e China” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 19, tradução nossa)³². Também é destacado, como será visto mais detalhadamente a frente, a relevância da região amazônica e a Amazônia Azul.

³¹ No original: “Entre las amenazas internacionales enumera, sin profundizar, algunas como el tráfico de armas y dinero, la protección de la biodiversidad, la biopiratería, los ataques cibernéticos, la escasez de recursos o los desastres naturales”.

³² No original: “es el país latinoamericano que posiblemente más invierte en este sector a través del desarrollo de satélites, de vehículos lanzadores y proyectos de cooperación espacial junto con Argentina y China”.

4.1.3 Colômbia

A Colômbia, apesar de não apresentar um Livro Branco de Defesa, apresenta uma política de defesa, lançada em 2019, intitulada de *Política de Defensa y Seguridad* (PDS), em que apresenta seus principais objetivos e direcionamentos da defesa do país. Inclusive, como será visto adiante, faz menção à Amazônia. Na verdade, é inédita a abordagem acerca da preservação ambiental como pauta de segurança (Campillo; Escáñez, 2019). Mas, mais especificamente, o foco do documento está em:

(...) Abordar o que denomina “espaços vazios de autoridade e Estado de direito”, principalmente encontrados em áreas dominadas por grupos criminosos. Esses espaços vazios são regiões onde ocorrem cultivos ilícitos, extração ilegal de minerais, desmatamento para construção de estradas ou cultivo de coca, entre outros, proporcionando receitas semelhantes às do narcotráfico ou contrabando a esses grupos, enquanto prejudicam gravemente os recursos naturais do país. (Campillo; Escáñez, 2019, p. 22, tradução nossa)³³.

Aliás, é reconhecida a ligação entre os ocorridos, já que a utilização ilícita das áreas para fins de contrabando e tráfico acabam por gerar a degradação do meio ambiente. Por conta disso, a Colômbia estabelece eixos para a sua política de defesa, sendo o primeiro eixo justamente o meio ambiente (e suas variáveis), além do desmantelamento de organizações criminosas, recuperação de áreas controladas por tais organizações, fortalecimento da relação estratégica com outros países e, por fim, aprimoramento da ciência e tecnologia (Campillo; Escáñez, 2019). Infere-se que os eixos envolvendo organizações criminosas não estão restritos ao ambiente interno, mas contemplam a transnacionalidade dos objetos e, justamente por isso, se faz importante a cooperação estratégica com outros Estados, principalmente dentro de organizações internacionais.

A Política de Defesa colombiana delinea algumas diretrizes prioritárias para suas metas nessa esfera. Assim, abrange o emprego da diplomacia de maneira colaborativa, a internacionalização de questões de segurança, principalmente para fazerem frente ampla no combate de desafios semelhantes, já que muitos de seus vizinhos também sofrem com problemas de mesma natureza, e por isso, apresenta o desejo de parceria com a Organização

³³ No original: “llenar lo que denomina los ‘espacios vacíos de autoridad y Estado de derecho’, encontrados principalmente en las áreas del país dominadas por grupos criminales. Estos “espacios vacíos” son áreas en las que proliferan los cultivos ilícitos, la extracción ilegal de minerales, la deforestación para la construcción de carreteras o para el cultivo de coca, etc., que otorgan a estos grupos unos ingresos similares a los producidos por el narcotráfico o el contrabando a la vez que dañan severamente los recursos naturales del país”.

do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a preservação dos recursos naturais (Campillo; Escáñez, 2019).

4.1.4 Equador

Apesar da dificuldade generalizada em diferenciar segurança interna, ou então segurança pública, de defesa, já que essa confusão é bastante percebida durante a atuação das forças armadas em diversos países do Terceiro Mundo, em seu LBD o Equador faz essa diferenciação. No que diz respeito à atuação das forças, estabelecem que a força policial fica encarregada da segurança, enquanto que as Forças Armadas ficam encarregadas da defesa (Campillo; Escáñez, 2019).

Na política externa, a abordagem equatoriana é bastante ampliada, sendo classificada como multidimensional e cooperativa, diversificando suas parcerias entre países vizinhos, demais países do Sul Global, bem como com europeus e norte-americanos e, inclusive, entendem os papéis dos blocos regionais como uma ferramenta para negociações no cenário internacional (Campillo; Escáñez, 2019).

No entanto, o Equador também enfrenta desafios de diversas naturezas, apesar de ter fortalecido a relação com o Peru, Colômbia e Costa Rica, devido às demarcações de limites territoriais (Campillo; Escáñez, 2019), ainda apresenta problemas nas fronteiras, que variam desde grupos irregulares até as questões de contrabando e tráfico. Outros problemas significantes são as questões ambientais, incluindo desmatamento e desastres, até a exploração indevida, e “fluxos migratórios irregulares, os ciberataques, cibercrime e ciberespionagem; (...) ruptura da ordem constitucional, a polarização política ou a corrupção” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 24, tradução nossa)³⁴.

Ademais, o Equador enfatiza a importância da segurança marítima, bem como a reivindicação pela Antártica, já que apresenta ligação histórica de reivindicação com a região (Campillo; Escáñez, 2019). Entre os fatores que tornam a Antártica reivindicada, está a sua relevância ambiental e o potencial econômico.

4.1.5 Peru

O Peru também é um dos países que constituem em seus desafios de política de defesa o combate ao tráfico de drogas internacional, ao crime organizado e ao terrorismo, sendo esses um de seus principais objetivos das Forças Armadas. Junto desses, estão “a dissuasão, a

³⁴ No original: “*flujos migratorios irregulares, los ciberataques, cibercrimen y ciberespionaje; (...) la ruptura del orden constitucional, la polarización política o la corrupción*”.

defesa e a prevenção de conflitos; promover a cultura de segurança nacional na educação; proteger e conversar a Antártida” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 27, tradução nossa)³⁵.

Ainda, a parte ambiental é bastante presente em seus documentos, destacando-se a necessidade da preservação ambiental, que vai além do uso sustentável da Amazônia, mas também inclui a fiscalização da atuação de empresas na região, principalmente as mineradoras, já que as atividades dessas contribuem para um enorme desmatamento da floresta nativa, além da poluição das águas e o alavancamento de conflitos (Campillo; Escáñez, 2019). Ainda na parte ambiental, a Antártida se faz presente com alta relevância para o país.

Fazem parte dos objetivos da Segurança Nacional: “A melhoria das capacidades para a gestão de desastres, enfrentamento da insegurança cidadã, investimento em ciência e tecnologia para impulsionar o desenvolvimento do país e o aprimoramento da cibersegurança para minimizar ameaças” (Campillo; Escáñez, 2019, p. 28, tradução nossa)³⁶.

Em relação à América do Sul, os peruanos também creem na obtenção da paz através da cooperação e integração regional, além de a entenderem como uma potência em emergência, graças ao espaço encontrado no mundo multipolar e graças a potencialidade advinda do crescimento sustentável (Campillo; Escáñez, 2019). Nesse sentido, é perceptível a forte presença do discurso mais ambientalista em suas políticas de defesa.

4.1.6 Casos especiais

Os casos especiais foram aqui elencados como países que não apresentam nenhum documento oficial sobre a sua política de defesa, como o Livro Branco de Defesa ou demais políticas, ou então que não foram encontrados disponíveis ao público. Em relação a Venezuela, essa apresenta uma exceção, já que contém uma lei, a *Ley Orgánica de Seguridad de La Nación*, de 2014. No entanto, essa não aborda nenhuma questão em relação à Amazônia. Por isso, a análise desses países será feita de maneira mais abrangente, contemplando uma política externa de modo geral.

³⁵ No original: “la disuasión, la defensa y la prevención de conflictos; impulsar una cultura de la seguridad nacional en la educación; proteger y conservar la Antártida”.

³⁶ No original: “La mejora de capacidades para la gestión de desastres, para hacer frente a la inseguridad ciudadana, la inversión en ciencia y tecnología para impulsar el desarrollo del país o la mejora de la ciberseguridad para minimizar las amenazas”.

4.1.6.1 Guiana

Destaca-se no âmbito da política externa guianense os conflitos envolvendo vizinhos, mais especificamente as disputas territoriais envolvendo a Venezuela e o Suriname. Dessa forma, as rivalidades territoriais, especialmente as reivindicações da Venezuela sobre parte do território do Guiana, conhecida como *Guayana Esequiba* ou *la Zona en Reclamación*, e as questões não resolvidas com o Suriname, incluindo a região do Triângulo do Novo Rio e disputas marítimas (Griffith, 2021), são aspectos importantes da dinâmica de interação nesta região.

Nesse sentido, o histórico dessas disputas, remonta ao século XIX e envolve eventos como a demarcação do território colonial pelo agrimensor alemão Robert Schomburg, a arbitragem em 1899 com a participação dos Estados Unidos, a reabertura da questão na década de 1940 com alegações de fraude, e incidentes mais recentes, como a incursão do Suriname em 1967 e o desafio internacional apresentado por eles em 2009 (Griffith, 2021). Entretanto, segundo Griffith (2021), apesar das desavenças, a Guiana apresenta relativa eficácia diplomática e militar, bem como também existem promessas do presidente do Suriname, Desi Bouterse, em buscar uma resolução pacífica das disputas, embora haja poucas evidências públicas de iniciativas concretas nesse sentido até o momento.

Portanto, as disputas entre os países persistem e é, em grande parte, por motivos de recursos naturais, já que trata-se de área amazônica, rica em minérios, petróleo e entre outras matérias-primas de interesse de ambas as partes. Não há somente interesse pelos países citados, na verdade, devido a esses fatores apontados, é percebido o alto nível de interesse de potências estrangeiras na Guiana. A exemplo disso, como aponta Griffith:

A Guiana está localizada parcialmente na região amazônica, o que explica a abundância de flora e fauna; seus principais recursos naturais incluem madeira, ouro, bauxita, diamantes e petróleo. Depósitos de petróleo em alto-mar estão atualmente sendo explorados por investidores britânicos, canadenses, espanhóis e americanos. A Guiana também possui reservas de urânio, atualmente sendo prospectadas por uma empresa canadense. O Irã está especialmente interessado nessas reservas para seus objetivos nucleares, e isso foi tema de discussão entre os presidentes Bharrat Jagdeo e Mahmoud Ahmadinejad quando Jagdeo visitou Teerã em janeiro de 2010. (Veja Marks 2010; e Chickrie 2010). A China também tem interesse no urânio da Guiana. Vale ressaltar que a maioria dos minerais e hidrocarbonetos do país está localizada na área reivindicada pela Venezuela. (Griffith, 2021, p. 9, tradução nossa)³⁷.

³⁷ No original: “*Guyana lies partly in the Amazon—which explains the wealth of flora and fauna; its main natural resources are timber, gold, bauxite, diamonds, and oil. Off-shore oil deposits currently are being explored by British, Canadian, Spanish, and United States investors. Guyana also has uranium reserves, which a Canadian company currently is prospecting. Iran is keenly interested in the reserves for its nuclear pursuits, and this was a subject of discussion between presidents Bharrat Jagdeo and Mahmoud Ahmadinejad when Jagdeo*”

Dessa maneira, infere-se que o aspecto mais presente na política externa da Guiana é a persistência das disputas territoriais e marítimas, com poucos avanços substanciais ao longo do tempo. Além disso, o Estado enfrenta dificuldades no que tange a segurança, pois os serviços de segurança apresentam limitações em termos de capacidade de pessoal, treinamento e recursos financeiros, o que atrapalha a efetiva proteção do país (Griffith, 2021).

4.1.6.2 Venezuela

A política externa venezuelana pode ser considerada um reflexo das forças e fraquezas do seu processo de mudanças em seu regime, marcado por posições radicais em temas como intervenção externa, controle civil sobre segurança, direitos humanos, cooperação e democracia. Nesse sentido, o governo venezuelano busca distanciar-se de consensos estabelecidos pela sociedade internacional, infere-se aqui o tradicionalismo e capitalismo inerentes ao sistema, e propor um modelo ideológico alternativo para a dinâmica internacional, com aspirações a um mundo multipolar não liberal.

Por isso, boa parte de sua política externa direciona forças nesse caminho, isto é, buscar por uma quebra dos paradigmas que possibilitam maior intervencionismo de estados ocidentais, com ênfase nos Estados Unidos, em assuntos internos de países do Sul Global. Assim, utilizam de uma estratégia de amenizar a influência da superpotência, por meio do fortalecimento e solidariedade com movimentos sociais, buscando por um movimento revolucionário (Curiel; Romero, 2009). Entretanto, para ocupar essa posição de contra-hegemonia, seu histórico carrega turbulências, tanto interna quanto externamente. Assim, a complexa evolução política da Venezuela, passou por uma transição inicialmente bem-sucedida para um sistema democrático até os desafios e mudanças subsequentes.

Como apontam Curiel e Romero (2009) , os governos de Carlos Andrés Pérez, Rafael Caldera e a ascensão de Hugo Chávez em 1998, marcaram uma mudança significativa na política venezuelana. O governo de Chávez é dividido em três etapas, abrangendo a transição para um modelo populista democrático, a fundamentação desse modelo em meio a conflitos e, posteriormente, a execução de um modelo radical, “de orientação estatista mais definida e de ruptura com o passado, que foi batizado como ‘Socialismo do século XXI’” (Curiel; Romero, 2009, p. 42, tradução nossa)³⁸.

visited Tehran in January 2010. (See Marks 2010; and Chickrie 2010) China also is interested in Guyana's uranium. Noteworthy is the fact that most of the country's minerals and hydrocarbons are in the area claimed by Venezuela”.

³⁸ No original: “*orientación más definida, estatista y de ruptura con el pasado, la cual se bautizó como el “Socialismo del siglo XXI”*”.

Mais especificamente em relação a sua política externa, houve mudanças fundamentais, tais como o uso estratégico do petróleo, a personalidade contra-hegemon em forma de ativismo político, junto de um novo modelo político e econômico. Destaca-se também a tentativa de influência global com um modelo de conduta que desafia teorias tradicionais sobre autonomia no campo internacional, além do uso de recursos naturais como instrumentos políticos (Curiel; Romero, 2009). Por fim, a sua diplomacia oscila entre buscar aliados ao seu processo emancipatório internacional e manter relações boas com os Estados. No entanto, também enfrentam os apontamentos feitos por outros países em relação aos direitos humanos no território venezuelano, enquanto que também sofrem críticas sobre a política antidemocrática no âmbito interno.

4.1.6.3 Suriname

A abordagem dos desafios inerentes à transição para a independência inclui uma análise da dinâmica entre os laços e desavenças com a Holanda. As disputas territoriais e a busca pela autonomia da democracia em relação à Holanda emergem como questões cruciais nesse contexto.

A busca pela democracia, advinda também da luta pela independência em relação à Holanda, corroborou com o desenvolvimento do país como um todo, inclusive com a sua política externa, mesmo enfrentando adversidades locais. Desse modo, “os laços centenários com a antiga metrópole não poderiam deixar de contribuir para a formação do centrismo holandês, devido, entre outras coisas, a grave dependência financeira da antiga metrópole” (Boltaevsky; Pashentsev; Agureev, 2020, p. 174, tradução nossa)³⁹.

Entretanto, como apontam os autores, a fase inicial da independência do Suriname (1975-1980) havia uma carência de política externa própria, com exceção da abertura de uma embaixada na Indonésia devido à presença japonesa local. A ausência de uma abordagem diplomática efetiva reflete-se na percepção do Suriname como uma sociedade colonial, favorecida pelo isolacionismo. A inocência do líder H. Arron foi percebida através de um golpe militar, resultando em uma notável deterioração nas relações com os Países Baixos, mas que não condenaram explicitamente o golpe (Boltaevsky; Pashentsev; Agureev, 2020). Esta falta de condenação levou os Estados Unidos a reconhecer o novo regime, intensificando as tensões bilaterais. Paralelamente, o Suriname enfrentou outras tentativas de golpes, que

³⁹ No original: “многовековые связи со старой метрополией не могли не способствовать формированию голландского централизма, обусловленного, в том числе, серьезной финансовой зависимостью старой метрополии”.

contribuíram para uma instabilidade política e econômica significativa no país (Boltaevsky; Pashentsev; Agureev, 2020).

Em 1983, as relações entre Suriname e Brasil aqueceram, com o Brasil apoiando o líder político Desi Bouterse para enfraquecer os laços Suriname-Cuba, com o fornecimento equipamento militar e com empréstimos (Boltaevsky; Pashentsev; Agureev, 2020). Enquanto o Suriname estava no início de sua construção nacional, as relações com os Países Baixos pioraram devido à recusa de assistência até a restauração da democracia. A expulsão mútua de diplomatas ocorreu após desentendimentos, incluindo acusações de criação de imagem negativa do Suriname por parte da embaixada holandesa. (Boltaevsky; Pashentsev; Agureev, 2020).

Em suma, o Suriname enfrentou desafios significativos durante sua transição para a independência em 1975, período em que a Holanda, reconhecendo a necessidade de evitar uma imagem colonial, ofereceu suporte financeiro. No entanto, o país viu-se envolto em desunião política e favorecimento étnico, o que culminou na ascensão do poder militar. No período de 1975 a 1987 testemunhou duas fases distintas na política externa surinamesa: inicialmente, uma cooperação estreita com a Holanda, seguida por uma abordagem mais independente, que posteriormente incluiu parcerias com Cuba e Brasil.

Ademais, a volta de Bouterse à cena política em 2005 gerou controvérsias, mas sua administração buscou ativamente distanciar-se da influência holandesa, optando por fortalecer laços regionais (Boltaevsky; Pashentsev; Agureev, 2020). Esse redirecionamento estratégico culminou em sua reeleição como presidente em 2015, marcando um capítulo significativo na evolução das relações internacionais do Suriname.

Os documentos diplomáticos ressaltam a estratégia de desenvolvimento, capitalizando posições políticas para conduzir negociações e cooperação em outros países por meio de alianças (Bastos; Silva, 2022). Uma atenção especial é dedicada às questões migratórias de fronteiras e à integração regional, elementos fundamentais na construção da história do país. Além disso, o alinhamento cuidadoso com vizinhos e potências regionais destaca a orientação da diplomacia econômica nacional, evidenciando a importância de relações sólidas para enfrentar os desafios da independência com sucesso (Bastos; Silva, 2022).

4.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DEFESA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

Como já evidenciado, nem todos os países membros da OTCA apresentam o Livro Branco de Defesa ou então outro documento que se configura como Política de Defesa. Portanto, de modo a abranger todos os países em questão, foram contempladas as

Constituições Federais. No entanto, ainda assim, a comparação em relação ao objeto de estudo não será feita com os países dos ‘casos especiais’ (Guiana, Suriname e Venezuela), pois não fazem menção à Amazônia, como pode ser visto no Quadro 2, onde há a relação dos documentos selecionados com a menção à Amazônia. Na verdade, até mesmo no caso venezuelano, que apresenta uma lei de Segurança Nacional, a Amazônia não foi contemplada. Isso contribui para o entendimento prévio daquilo que será analisado, já que, o próprio fato de não apresentarem o objeto em questão remete à um provável menosprezo da relevância amazônica na área da defesa.

Quadro 2 - Documentos analisados

Países	Documentos	Natureza do documento	Datas de publicação	Menção à Amazônia
Bolívia	Constitución Política Del Estado	Constituição Federal	2009	Sim
	Libro Blanco de Defensa	Livro Branco	2004	Não
	Plan Estratégico Institucional del Ministerio de Defensa	Política de Defesa	2016-2020	Sim
Brasil	Constituição Federal	Constituição Federal	1988	Sim
	Estratégia Nacional de Defesa	Política de Defesa	2020 (atualização)	Sim
	Livro Branco de Defesa Nacional	Livro Branco	2020 (atualização)	Sim
	Política Nacional de Defesa	Política de Defesa	2020 (atualização)	Sim

Colômbia	Constitución Política De Colombia	Constituição Federal	1991	Sim
	Política de Defensa y Seguridad PDS	Política de Defesa	2019	Sim
Equador	Constitución Del Ecuador	Constituição Federal	2008	Sim
	Política de La Defensa Nacional Del Ecuador "Libro Blanco"	Livro Branco	2018	Sim
	Agenda Política de la Defensa	Política de Defesa	2014-2017	Sim
Guiana	Constitution of The Co-operative Republic of Guyana Act 1980	Constituição Federal	1980	Não
Peru	Constitución Política Del Perú	Constituição Federal	1993	Sim
	Libro Blanco de la Denfesa Nacional	Livro Branco	2005	Sim
	Política de Seguridad y Defensa Nacional	Lei	2017	Sim
	Constitución De La República Bolivariana De Venezuela	Constituição Federal	1999	Não

Venezuela	Ley Orgánica de Seguridad de La Nación	Lei	2014	Não
Suriname	The Constitution of The Republic of Suriname	Constituição Federal	1987	Não

Fonte: elaboração própria

4.2.1 Bolívia

A Constituição Federal Boliviana apresenta um capítulo específico sobre a Amazônia, com três artigos específicos. Trata-se do Capítulo oitavo, contido no Título II - “Meio Ambiente, Recursos Naturais, Terra”⁴⁰ -, na parte quatro do documento, que trata sobre a estrutura e organização econômica estatal.

Desse modo, o Estado boliviano reconhece a capacidade amazônica e suas ecorregiões, em termos ambientais, de biodiversidade e de recursos hídricos, tornando necessária uma atenção especial para garantir o entorno estratégico (Bolívia, 2009). Para tanto, no Artigo 391, é prevista uma atuação descentralizada, isto é, que não parte apenas do Estado, mas age em conjunto com as autoridades locais, como as indígenas e camponesas, além da comunidade local. Essa atuação é proposta através de um organismo com sede na própria região. Ademais, apontam a prioridade dessa atuação:

O Estado priorizará o desenvolvimento integral sustentável da Amazônia boliviana, por meio de uma administração abrangente, participativa, compartilhada e equitativa da selva amazônica. A administração será orientada para a geração de emprego e melhoria de renda para seus habitantes, no contexto da proteção e sustentabilidade do meio ambiente. (Bolívia, 2009, Art. 391, tradução própria)⁴¹.

Por fim, comprometem-se com a criação e implementação de políticas voltadas às comunidades locais e povos originários, de modo a garantir o ambiente necessário ao desenvolvimento econômico e social advindos de produtos naturais e tradicionais da região.

⁴⁰ No original: “*Medio Ambiente, Recursos Naturales, Tierra*”.

⁴¹ No original: “*El Estado priorizará el desarrollo integral sustentable de la amazonia boliviana, a través de una administración integral, participativa, compartida y equitativa de la selva amazónica. La administración estará orientada a la generación de empleo y a mejorar los ingresos para sus habitantes, en el marco de la protección y sustentabilidad del medio ambiente*”.

Já em relação às políticas de defesa, a Amazônia não aparece dentro do Livro Branco de Defesa, de 2004, mas consta no documento do *Plan Estratégico Institucional del Ministerio de Defensa*⁴² (2016-2020). Entretanto, refere-se a uma questão bastante específica, que inclusive ignora toda a potencialidade e “personalidade” estratégica que a região apresenta. Nesse sentido, a discussão em torno da Amazônia fica restrita à mudança climática e à gestão de riscos, com ênfase nesta última. Assim, a atuação da Defesa prevê a implementação de ações com vistas a garantir a gestão de riscos a curto prazo, como pode ser averiguado através de duas análises:

- a. Análise de sistemas de vida; Neste sentido, o setor da Defesa, pelas competências que lhe são conferidas por lei em matéria de gestão de risco de desastres, realizou a análise dos sistemas de vida, com foco na prevenção de desastres naturais, através da interação dos municípios com as macrorregiões de que fazem parte, buscando o equilíbrio nas três dimensões (funções ambientais, sistemas produtivos sustentáveis e grau de pobreza) que caracterizam os sistemas de vida, detalhadas nas seguintes tabelas organizadas por macrorregiões: b. Análise de vulnerabilidade a riscos e alterações climáticas; O sector da Defesa, no Plano Setorial de Desenvolvimento Integral, considerou como uma das suas ações estratégicas a implementação do Programa Nacional de Gestão de Riscos, que visa promover uma cultura de prevenção e resiliência nos municípios; bem como reduzir a vulnerabilidade a eventos adversos, hidrometeorológicos e climáticos, no âmbito de ações de gestão de risco de desastres e adaptação às alterações climáticas. (Colômbia, 2016, p. 125-127, tradução própria)⁴³.

Como visto, a Bolívia não parece ter uma grande preocupação com a defesa da Amazônia de modo ampliado, já que concentra suas forças na gestão de risco de adversidades climáticas, como desastres naturais, e com a conscientização ambiental na população.

4.2.2 Brasil

A Constituição brasileira não reserva muito espaço para a Amazônia, a não ser quando prevê a criação da Comissão de Estudos Territoriais, com o intuito de “apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidade territoriais, notadamente, na Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução” (Brasil, 1988, CF.). Por outro lado, os

⁴² Tradução própria: *Plano Estratégico Institucional do Ministério de Defesa*.

⁴³ No original: “*Análisis de sistemas de vida; En ese sentido, el sector Defensa por las competencias que le confiere la ley en materia de gestión del riesgo de desastres, hizo el análisis de los sistemas de vida, enfocado en la prevención de desastres naturales, a través de la interacción de los municipios con las macrorregiones de la cual forman parte, buscando el equilibrio en las tres dimensiones (funciones ambientales, sistemas productivos sustentables y grado de pobreza) que caracterizan los sistemas de vida, los cuales se detallan en los siguientes cuadros organizados por macrorregiones: b. Análisis de vulnerabilidad a los riesgos y cambio climático; El sector Defensa en el Plan Sectorial de Desarrollo Integral, consideró como una de sus acciones estratégicas, la implementación del Programa Nacional de Gestión de Riesgos, que tiene por objeto promover en los municipios la cultura de prevención y resiliencia; así como el de reducir la vulnerabilidad frente eventos adversos, hidrometeorológicos y climáticos, en el marco de acciones de gestión de riesgos de desastres y adaptación al cambio climático*”.

documentos de defesa apresentam bastantes questões da região e, ainda, explicam as estratégias e objetivos para com a mesma. Inferem-se aqui que a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa é um documento separado do Livro Branco de Defesa, mas que possui um resumo dentro do mesmo.

Em relação ao LBD, em um primeiro momento é descrita a região amazônica e suas características, bem como suas delimitações, potenciais e a crescente importância estratégica. Assim, acaba por ser um foco crucial para a defesa do país. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas têm competência sobre diversos assuntos, incluindo o Sistema de Proteção da Amazônia. O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) é mencionado como fornecedor de infraestrutura espacial para projetos estratégicos, como os Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) e Proteção da Amazônia (SIPAM) (Brasil, 2020). Outro programa importante é a Amazonlog, que promove exercícios da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, para trabalhar com a assistência a refugiados ou possíveis desastres (Brasil, 2020).

Em um segundo momento, explica-se sobre o (SisGAAz), dando sequência ao assunto de defesa e sociedade, a administração do Ministério da Defesa e, por fim, chegando no projeto do exército da Amazônia protegida. Em correspondência com a parte societal, explicam a existência de Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (AASHOP), realizadas pelo exército, devido à dificuldade pela distância dos centros urbanos.

Sobre a o SIPAM, é abordado as questões de ciência, tecnologia e inovação, que fortificam a política de integração naquela área, além de monitorá-la, contribuindo para o combate a ações ilegais, por exemplo. Por fim, para o planejamento de atuação do Exército Brasileiro, são definidas macroprojetos, entre eles encontra-se a Amazônia Protegida, representando “ações estruturantes voltadas especificamente para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia. Prevê a implantação progressiva de novos Pelotões Especiais de Fronteira, além da modernização dos existentes” (Brasil, 2020, p. 143).

Na Política Nacional de Defesa, destacam-se três áreas prioritárias do ponto de vista da defesa: a faixa de fronteira, a região Amazônica e o Atlântico Sul. Assim, no que se refer ao ambiente nacional, a menção à Amazônia ocorre em razão de sua extensa área geográfica, reduzida densidade populacional, obstáculos de deslocamento, riquezas minerais, potencial hidroenergético e diversidade biológica. Por isso, “exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional” (Brasil, 2020, p. 14).

Além disso, é ressaltada a vocação marítima do Brasil, respaldada pelo extenso litoral, comércio marítimo significativo e pela importância estratégica do Atlântico Sul. A Amazônia Azul⁴⁴ é mencionada como um ecossistema comparável em tamanho à Amazônia territorial, sendo de vital importância para o país por conta do seu potencial de recursos, incluindo as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil.

Ademais, “sendo a Defesa uma atividade preponderantemente voltada contra ameaças externas e considerando os aspectos constantes dos ambientes nacional e internacional” (Brasil, 2020, p. 20), dentre os pressupostos que concebem a Defesa Nacional, o sexto refere-se a promoção de proteção da Amazônia, juntamente com uma maior integração com as demais regiões nacionais.

Já no documento de Estratégia Nacional de Defesa é destacado a necessidade da estratégia de dissuasão, sendo a primeira postura a ser adotada pelo Brasil no âmbito da defesa. Nesse sentido, a Amazônia está presente em dois pontos da concepção da estratégia de defesa:

O Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira é uma prioridade do País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. A exploração e exploração da Amazônia Azul e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil, exigindo a intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima. Para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas. A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciam as comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos. (Brasil, 2020, p. 33).

Portanto, ainda de acordo com a EDN, o Exército deve conter capacidades não só de dissuasão, mas de vigilância, de proteção e de controle, buscando pela estratégia da presença

⁴⁴ De acordo com a EDN: É a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e de soberania. (Brasil, 2020, p. 75).

efetiva, não somente na Amazônia, mas principalmente nela, levando em consideração seu grande potencial geoestratégico para o país na Amazônia (Brasil, 2020).

4.2.3 Colômbia

De modo a igualar o desenvolvimento do país, buscando ajustar as chamadas ecorregiões com os piores índices, a Colômbia decretou um “(...) regime especial nos domínios econômico, político, social e administrativo” (Colômbia, 1991, Ato Legislativo, Art. 14, tradução própria)⁴⁵. Entre elas, está a Amazônia, lhe sobrando esta única preocupação dentro da Constituição colombiana.

No entanto, em seu documento de Política de Defesa e Segurança (PDS), o conteúdo é mais abrangente, reconhecendo a capacidade estratégica gerada ao país por conta da região, contribuindo para o poder nacional. Essa capacidade estratégica refere-se aos recursos que a Amazônia apresenta. Inclusive, essa é a outra dimensão contemplada, pois abarca a biodiversidade e a água como fatores de potência mundial para a Colômbia.

Ademais, justamente pela potencialidade, reconhecem as ameaças, sendo elas: “(...) devastação por atividades ilícitas, mas também da escassez global destes recursos que se prevê no futuro” (Colômbia, 2019, p. 29, tradução própria)⁴⁶. Assim, é imposta a necessidade de proteção e defesa da região. Para isso, definem alguns objetivos estratégicos: “preservar e defender a água, a biodiversidade e os recursos naturais, como bens estratégicos da Nação e dos interesses nacionais” e “cooperar com os países amazônicos para proteger a selva” (Colômbia, 2019, p. 48, tradução própria)⁴⁷.

4.2.4 Equador

A Constituição Equatoriana é minimamente mais aprofundada nos assuntos voltados à Amazônia em relação aos demais. Nesse sentido, o Artigo 250 apresenta a organização do território, indicando a sua relevância para o ecossistema não somente da região, bem como para o planeta. Por isso estabelece que:

Este território constituirá um círculo territorial especial para o qual haverá um planejamento integral incluído numa lei que incluirá aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais, com um planejamento territorial que

⁴⁵ No original: “*Régimen Especial en lo económico, lo político, lo social y lo administrativo*”.

⁴⁶ No original: “*devastación para actividades ilícitas, pero también de la escasez global de esos recursos que se vislumbra en el futuro*”.

⁴⁷ No original: “*Preservar y defender el agua, la biodiversidad y los recursos naturales, como activos estratégicos de la Nación e intereses nacionales*” y “*Cooperar con los países del Amazonas para proteger la selva*”.

garanta a conservação e proteção dos seus ecossistemas e o princípio do *sumak kawsay*. (Equador, 2008, Art. 250, tradução própria)⁴⁸.

Para além disso, no Artigo 259, estabelece a atuação conjunta do Estado com os governos, de maneira descentralizada, para adotarem políticas que garantam tanto a soberania do Equador quanto o desenvolvimento sustentável da região. No Livro Branco de Defesa equatoriano, em seu primeiro capítulo, é justificada a atualização do documento devido a importância dos espaços aquáticos e dos recursos naturais, que por isso afetam a segurança do Estado. Dessa maneira, entendem como necessária a promoção dessa para garantir a preservação dos recursos, as pessoas que dependem de atividades no mar, do cumprimento de requisitos internacionais, além do desenvolvimento dos eixos fluviais na Amazônia.

No Capítulo III, tratando-se das políticas de relações exteriores, é reservado um tópico à segurança andina, em que reconhece a capacidade gerada pela formação de blocos regionais, representativos, pois possibilitam a atuação dos países em desenvolvimento no cenário internacional, gerando ferramentas de negociações com potências mundiais, principalmente no campo econômico. Entretanto, apesar de reconhecerem os esforços da OTCA, não há grande especificidade com relação à Amazônia.

Apesar de não fazer menção direta à Amazônia, com exceção de da reclamação de operações de empresas transnacionais na Amazônia, que geram grande destruição do meio ambiente, o Equador aborda diversas questões que fazem parte da dinâmica amazônica no país na Agenda Política de Defesa. Entre as principais está a atuação de grupos irregulares nas fronteiras que perpetuam conflitos exacerbados, pondo em risco a população equatoriana, e a exploração ilegal de recursos naturais. Outros assuntos que dizem respeito à agenda de segurança, e que estão ligadas à Amazônia, são os direitos humanos, a defesa territorial e de fronteiras, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, os cuidados dos recursos naturais e os desastres naturais causados pela atuação do homem. Entretanto, como fora dito, nenhum objetivo ou estratégia é posta diretamente com relação à Amazônia.

4.2.5 Peru

A Constituição peruana, bem como a maioria das outras, também não reserva muito espaço à Amazônia. Nesse caso, essa é abordada dentro das questões de regime econômico,

⁴⁸ No original: “*El territorio de las provincias amazónicas forma parte de un ecosistema necesario para el equilibrio ambiental del planeta. Este territorio constituirá una circunscripción territorial especial para la que existirá una planificación integral recogida en una ley que incluirá aspectos sociales, económicos, ambientales y culturales, con un ordenamiento territorial que garantice la conservación y protección de sus ecosistemas y el principio del sumak kawsay*”.

no capítulo dois, sobre o ambiente e os recursos naturais. Assim, de acordo com o Artigo 69, “o Estado promove o desenvolvimento sustentável da Amazônia com a legislação adequada” (Peru, 1993, Art 69, tradução própria)⁴⁹. No entanto, essa legislação se dá de maneira generalizada, não abordando especificamente a região amazônica.

Por outro lado, as Políticas de Defesa apresentam diversas pontuações, tanto em seu Livro Branco de Defesa quanto na *Política de Seguridad y Defensa Nacional* (Política de Segurança e Defesa Nacional). Em relação ao primeiro, é destacado a relação do país com outros países sul-americanos, como o Brasil e a Colômbia, com foco na cooperação e integração na proteção da Amazônia. Inclusive, o Peru reconhece a importância dos acordos bilaterais, como o Convênio sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, e o papel crucial do Memorando de Entendimento para a Integração Física e Econômica com o Brasil (Peru, 2005).

Ademais, a cooperação abrange aspectos como comércio, segurança e vigilância amazônicas, ligados ao acesso ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM). Além disso, enfatiza resalta a necessidade de ações conjuntas entre os países amazônicos para enfrentar desafios comuns, como subversão, narcotráfico e contrabando nas fronteiras com o Peru (Peru, 2005).

De modo geral, é ressaltado o papel estratégico da Amazônia no desenvolvimento e segurança do Peru no novo milênio. O país busca uma visão de longo prazo orientada para os mercados internacionais, com uma economia que gere valor agregado e seja competitiva, apoiada por um robusto Sistema de Segurança e Defesa. Para isso, eles estabelecem que as bases geoestratégicas que sustentam a política de segurança e defesa do Peru são: “os Andes, amazônia, o mar, as bacias internacionais a antártida, a bioceanidade, o espaço aéreo e terrestre” (Peru, 2005, p. 55, tradução própria)⁵⁰.

Para além do mero reconhecimento da importância da Amazônia, o Livro também considera questões mais específicas, apresentando uma política de Estado para a segurança e defesa da mesma. Desse modo, “fomentará a participação ativa na proteção da Antártida, do meio ambiente, do desenvolvimento da Amazônia e da integração nacional” (Peru, 2005, p. 64, tradução própria)⁵¹.

⁴⁹ No original: “*El Estado promueve el desarrollo sostenible de la Amazonía con una legislación adecuada*”.

⁵⁰ No original: “*Los Andes, la Amazonía, el mar, las cuencas internacionales, la Antártida, la bioceanidad, el aire y el espacio terrestre*”.

⁵¹ No original: “*Fomentará la participación activa en la protección de la Antártida, el medio ambiente, el desarrollo de la Amazonía y la integración nacional*”.

O documento segue explicitando as funções estatais na matéria de defesa. No Capítulo V, apresenta a função do Ministério da Defesa: “Participar na implementação e execução da política do Estado em matéria de desenvolvimento nacional, defesa civil, assuntos antárticos, assuntos amazônicos e proteção do meio ambiente” (Peru, 2005, p. 76, tradução nossa)⁵². No Capítulo VI, apresenta as funções do Comando Conjunto das Forças Armadas:

Planificar, preparar, coordinar e supervisar, de acuerdo con a Política de Defensa Nacional, a participación das Instituições Armadas no desenvolvimento da Amazônia, na integração nacional, na proteção do ambiente e na presença do Estado na Antártida; Marinha Peruana - no âmbito fluvial e lacustre: a Comandância Geral de Operações da Amazônia realiza a vigilância de fronteiras, garantindo a soberania nacional, e defende as Bacias Fluviais amazônicas, por meio de unidades adequadas para a zona que permitem o cumprimento de sua função; Prestação de atendimento médico aos povos da Amazônia e das margens do Lago Titicaca. (Peru, 2005, p. 87-101, tradução própria)⁵³.

Agora tratando da Política de Segurança e Defesa Nacional, a Amazônia é abordada com maior especificidade. Inclusive, apresenta alguns diagnósticos, buscando identificar os problemas existentes. Os diagnósticos são os seguintes: “Proteção da Amazônia, presença na Antártica e combate ao garimpo ilegal; Capacidade de retardar a deterioração do meio ambiente; Capacidade de gestão do território” (Peru, 2017, p. 15-23, tradução própria)⁵⁴. Esses diagnósticos fundamentam a formulação de políticas para garantir a soberania, a integridade territorial e a proteção dos interesses nacionais, enquanto se busca atingir níveis de desenvolvimento sustentável, protegendo o ambiente e respeitando a diversidade cultural na Amazônia peruana.

Por fim, é estabelecido objetivos da política de defesa para com a Amazônia, sendo eles: “garantir a soberania, a independência, a integridade territorial e a proteção dos interesses nacionais. (...) Atingir níveis de desenvolvimento sustentável que contribuam para garantir a segurança nacional” (Peru, 2017, p. 26-27, tradução própria)⁵⁵. Isso reflete na proteção do território e garantia da sua integridade e soberania, bem como na proteção e

⁵² No original: “Participar en la implementación y ejecución de la política del Estado en materia de desarrollo nacional, defensa civil, asuntos antárticos, asuntos amazónicos y de protección del medio ambiente”.

⁵³ No original: “Planificar, preparar, coordinar y supervisar, de acuerdo con la Política de Defensa Nacional, la participación de las Instituciones Armadas en el desarrollo de la amazonía, en la integración nacional, en la protección del ambiente y en la presencia del Estado en la Antártida; Marina de Guerra del Perú - en el ámbito fluvial y lacustre: la Comandancia General de Operaciones de la Amazonía realiza la Vigilancia de Fronteras garantizando la soberanía nacional, y defiende las Cuencas Fluviales Amazónicas, mediante unidades acordes para la zona que permiten el cumplimiento de su función; Llevando atención médica a los pueblos de la Amazonía y de las orillas del Lago Titicaca”.

⁵⁴ No original: “Protección de la Amazonía, presencia en la Antártida y combate a la minería ilegal; Capacidad para desacelerar el deterioro del ambiente; Capacidad para la gestión del territorio”.

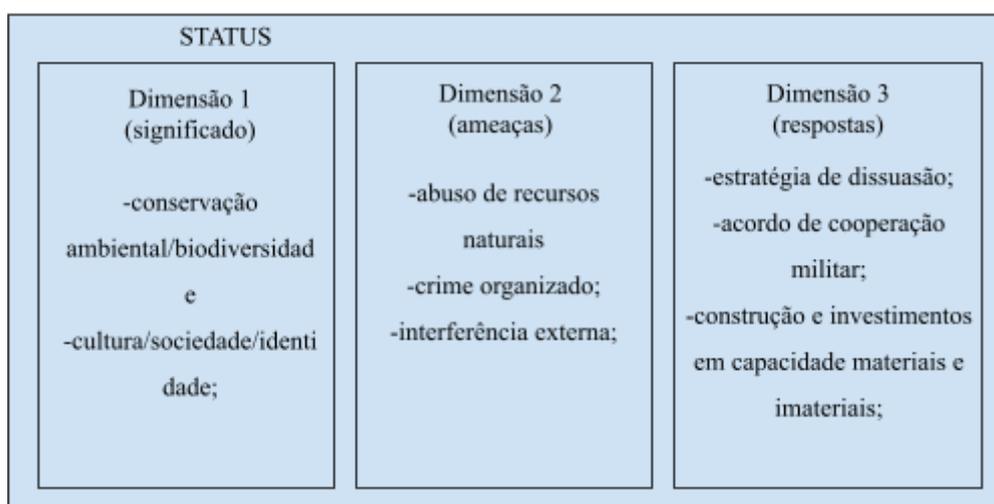
⁵⁵ No original: “Garantizar la soberanía, la independencia, la integridad territorial y la protección de los intereses nacionales (...) Alcanzar niveles de desarrollo sostenible que contribuyan a garantizar la seguridad nacional”.

conservação ambiental, juntamente do respeito aos usos atribuídos, aos ecossistemas, à diversidade e à identidade cultural das comunidades locais, indicando uma abordagem que considera as dimensões sociais e culturais na gestão do território.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O *STATUS* DA AMAZÔNIA

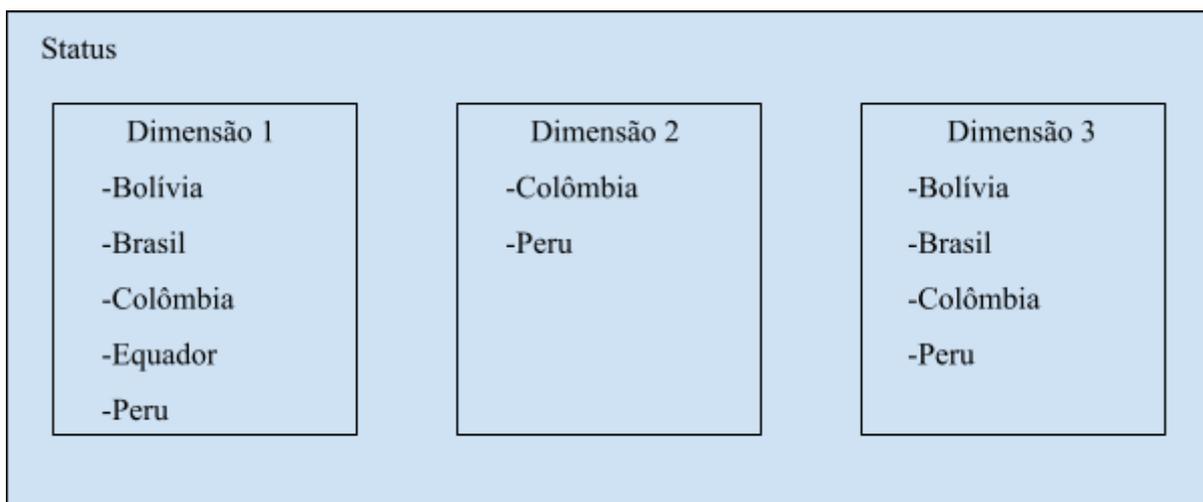
Este estudo se propõe a explorar o *status* atribuído à Amazônia por meio da análise realizada anteriormente. Assim, três dimensões analíticas fundamentais orientam esta investigação: o significado atribuído à Amazônia, abrangendo as esferas ambiental e cultural; as ameaças percebidas, que incluem abuso de recursos naturais, atividades criminosas e interferências externas; e, por fim, as respostas delineadas por cada país, englobando estratégias de dissuasão, acordos de cooperação militar e construção e investimento em capacidades materiais e imateriais. Ao desvendar as nuances dessas dimensões, buscamos compreender as perspectivas singulares de cada nação em relação à Amazônia, para que identifique-se o grau de semelhança ou divergência entre o *status* da mesma em cada país no âmbito da defesa. Para a contribuição visual da comparação do status da Amazônia em cada país, olhar a Figura 3 (a retomada da Figura 1 está posta para um melhor entendimento da Figura 3).

Figura 1: Dispositivo heurístico



Fonte: elaboração própria.

Figura 3 - Onde encontram-se os países no dispositivo heurístico de acordo com o status atribuído à Amazônia.



Fonte: elaboração própria

A Bolívia atribui um *status* à Amazônia que se desenha principalmente nas dimensões de significado e respostas. O país reconhece a importância ambiental da região, enfatizando tanto a questão ambiental quanto o valor tradicional que a Amazônia representa para sua identidade. Ademais, na dimensão de respostas, a Bolívia destaca-se ao apresentar iniciativas como o Programa Nacional de Gestão de Riscos, evidenciando um compromisso com a construção de capacidades. No entanto, percebe-se uma ênfase nas ações do exército relacionadas a catástrofes ambientais, deixando em segundo plano ameaças que não envolvem desastres naturais.

O *status* atribuído à Amazônia pelo Brasil transcende todas as dimensões analíticas, sendo constantemente sublinhada a necessidade de conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. O país reconhece o potencial geoestratégico da Amazônia, refletindo em uma atuação robusta na dissuasão de ameaças. Apesar de não detalhar amplamente as ameaças, o Brasil demonstra um comprometimento significativo na resposta, investindo em capacidades materiais e imateriais. Projetos nacionais e de cooperação internacional, como o Amazonlog, exemplificam a abordagem multifacetada na construção de capacidades, embora a efetividade das ações de dissuasão seja parcialmente limitada, sendo mais discursivas do que práticas.

O entendimento da Amazônia pela Colômbia concentra-se na dimensão de significado ao reconhecer a potencialidade ambiental e de biodiversidade da região. No âmbito das ameaças, destaca-se o risco futuro de esgotamento de recursos e a devastação ambiental associada a atividades ilícitas. Entretanto, na dimensão de respostas, há uma ressalva, pois, apesar do objetivo de cooperação para proteger a região, as ações permanecem majoritariamente no discurso, carecendo de exemplos concretos.

O Equador, conforme expresso em sua constituição, percebe a Amazônia como uma área de biodiversidade rica em recursos naturais e cultura. Reconhecendo as ameaças aos recursos hídricos, destaca a interferência externa, a degradação ambiental por multinacionais e a atuação de grupos irregulares como ameaças potenciais. Contudo, o Equador ainda não apresenta respostas efetivas a essas ameaças, limitando-se, até o momento, ao reconhecimento da necessidade de combatê-las.

O Peru associa o *status* da Amazônia principalmente à dimensão de significado, reconhecendo sua potencialidade ambiental e cultural. Destaca a importância de acordos de cooperação militar para enfrentar desafios comuns, como problemas de fronteiras, evidenciando a preocupação com ameaças decorrentes do crime organizado e do abuso de recursos naturais. O reconhecimento da identidade cultural da região e a ênfase na cooperação militar refletem a abordagem do Peru em lidar com as complexidades que envolvem a Amazônia.

Por fim, é possível concluir que o *status* da Amazônia em todos os casos é composto pela dimensão do significado, já que, com muita clareza, todos os países reconhecem as “virtudes” amazônicas e o seu potencial geoestratégico. No entanto, da dimensão da ameaça e das respostas, apresentam algumas divergências, isso porque são influenciados pela lógica local, no entanto, não se pode ignorar os problemas compartilhados entre as regiões, que nem sempre são reconhecidas. Ademais, verifica-se que o reconhecimento de ameaças de interferência externa, juntamente das estratégias de dissuasão no âmbito das respostas são os aspectos menos encontrados. Aliás, alguns dos países até apresentam a dimensão de respostas ao abordar sobre a Amazônia, mas, tratando-se de Políticas de Defesa, negligenciam as reais ações de dissuasão extrarregional.

5 CONCLUSÃO

Estudos de Segurança Internacional representam uma grande área dentro das Relações Internacionais, principalmente com os grandes acontecimentos no século XX. Entretanto, por muito tempo foram deixados de lado os países periféricos e as suas questões, focando apenas nos acontecimentos que interferiram o Norte Global, aliás, que apenas lhe diziam respeito, enquanto que na verdade os demais também sofreram com todos os respaldos dos conflitos internacionais de países ocidentais, isso se não foram aqueles mais sofreram e sofrem, já que ainda precisam lidar com uma certa invisibilidade.

Com isso, mais ao final do século XX surgem os teóricos terceiro-mundistas, que são os verdadeiros interessados na perspectiva do Sul Global, já que não são ocidentais. Nesse sentido, essa abordagem teórica passa a dar mais atenção aos acontecimentos, relações e dinâmicas dos países do Terceiro Mundo, de modo a interpretarem o local a partir das suas particularidades, ao invés de acomodarem-os dentro de uma perspectiva globalista.

No que tange às Políticas de Defesa desses Estados, não apresentam as mesmas estruturas que os Estados europeus e norte-americano, eles estão mais vinculados à uma dinâmica interna, em que a preocupação com a instabilidade política, conflitos separatistas e outras questões de segurança interna ganham maior espaço nas agendas de defesa. Isso se deve ao processo de formação desses Estados, que apesar de não serem totalmente iguais, pode-se afirmar que foram mais tardios e ainda encontram-se com uma fragilidade política, advinda também da falta de legitimidade muitas vezes. Esse contexto permite entender a complexidade da segurança nesses locais, que acabam por se misturarem as questões internas e externas, por exemplo quando as Forças Armadas voltam-se para dentro do Estado, perdendo o foco da dissuasão externa.

Nesse sentido, a perspectiva teórica de Buzan e Waever (2003) acerca dos Complexos Regionais de Segurança se faz bastante pertinente ao estudo da segurança internacional, a partir da dinâmica regional, já que, para eles, é o nível de análise mais contundente. A dinâmica de segurança dos países Sul-americanos corroboram com a teoria, já que compartilham questões semelhantes, apesar das questões internas de cada um, e entendem a necessidade de um CRS para comportarem-se de modo independente dos países ocidentais, objetivando o fim da interferência externa na região, que muito ocorreu ao longo do tempo, principalmente durante a Guerra Fria.

Nesse caso, o CRS Sul-americano, tendo como líder o Brasil, apresenta a Amazônia como uma das suas principais dinâmicas. Isso é evidenciado com a importância da mesma,

não só para os próprios países que dela fazem parte, bem como para o restante do mundo, o que acaba por gerar uma preocupação de defesa da mesma. Inclusive, existe o reconhecimento das ameaças para com a Amazônia, entretanto, as políticas de defesa não se mostram elaboradas em mesmo nível. Justamente pela dificuldade generalizada que países do Terceiro Mundo apresentam ao executarem a dissuasão é que se apresenta a dificuldade de dissuasão extrarregional na Amazônia, isto é, os Estados estão mais preocupados como são afetados individualmente do que de modo regional.

Desse modo, pelo fato das Políticas de Defesa concentrarem-se nos aspectos que a Amazônia interfere internamente na segurança, o *status* da mesma acaba sendo desigual. Na verdade, de acordo com a análise dos documentos, fica evidente que essas Políticas não apresentam uma abordagem efetiva em todos os aspectos dessa região, ou seja, que não englobam somente a fronteira, mas também a biodiversidade, a cultura, os recursos hídricos, a floresta, o desmatamento, os povos tradicionais e populações locais, entre outros.

Devido a isso, as Políticas de Defesa não se apresentam, na maioria das vezes, como questões estratégicas e objetivos voltados a todas as esferas supracitadas, elas estão mais direcionadas para questões internas e de soberania dos Estados. Outro fator contribuinte para a desigualdade do status é pela falta de iniciativa de projetos de integração regional voltados para a defesa da Amazônia. Até existem projetos de cooperação em outros âmbitos, como infraestrutura, fronteira, ciência e tecnologia, mas não há um projeto de integração realmente voltado para a defesa.

Um problema que enfrentam os países amazônicos é o ciclo vicioso que encontram-se devido aos ambientalistas, que em grande parte são um disfarce para as intenções dos ocidentais. Esse ciclo vicioso diz respeito ao recuo que fazem os Estados amazônicos na pauta ambiental, a fim de garantirem as suas soberanias, voltando as Políticas de Defesa para essa esfera, que também acaba por negligenciar a defesa de modo integrado levando em consideração a multidimensionalidade da Amazônia.

Levando isso em consideração e mais o fato de que, até o momento, o Brasil situa-se como um ator líder regional, apesar da sua estabilidade afetada, é preciso que o Brasil invista na sua posição e nas suas atividades de liderança, justamente para trabalhar nas iniciativas de integração no âmbito da defesa regional. Cabe a ele posicionar-se de modo mais efetivo e reunir os demais países, de maneira a alavancar projetos já existentes, fortalecendo-os, bem como pensar na integração no âmbito da defesa da Amazônia. Isso possibilita não somente a soberania individual de cada Estado, mas também a soberania regional, garantindo as

dinâmicas próprias do CRS Sul-americano. Inclusive, justamente pelas porções de Amazônia em cada país deveria ocupar maior preocupação na agenda de defesa, mas não ocorre

Portanto, esse estudo confirma a hipótese inicial de modo parcial, evidenciando a negligência persistente em relação à Amazônia nos documentos de Política de Defesa dos países amazônicos. A região, apesar de reconhecida por seu significado pela totalidade dos membros da OTCA, não recebe a devida atenção quando se trata de estratégias de dissuasão extrarregional. Assim, seu *status* não é equivalente, mas semelhante. No entanto, em relação à dissuasão extrarregional, a Amazônia não é muito vista como um desafio de segurança para os países e, quando é, não recebe respostas a esses desafios. Assim, a Amazônia não configura-se como um espaço com a devida atenção que merece dentro das Políticas de Defesa e dissuasão dos países amazônicos. Por fim, é importante lembrar os limites desse estudo, pois aqui foram analisadas somente as políticas declaradas, isto é, os documentos apresentados pelos Estados, o que não significa necessariamente que não haja outras políticas concretas nessa esfera, já que as ações para além do meio normativo ficaram de fora dessa análise, o que implica nas possibilidades abertas para estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARES, T. O.; NARITA, B. S.; RODRIGUES, M. C. A geopolítica da Amazônia e a integração latino-americana. **Revista USP**, v. 136, p. 83-102, 2023.
- ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, n. 42, p. 14-33, 2018.
- AYOOB, M. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 257-283, 1991.
- AZAR, E. E.; MOON, C. (Org.). **National Security in the Third World - The Management of Internal and External Threats**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988.
- BASTOS, B. B. Silva; G. de V. . Suriname: dinâmicas econômicas e relações internacionais. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**. Vol. 12. nº 29, 2022, p. 141–155. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2022.12.29.8552>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora UnB, 1998.
- BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**: promulgada em 07 de fevereiro de 2009. La Paz, BO: Asamblea Constituyente, 2009.
- BOLÍVIA. **Plan Estratégico Institucional del Ministerio de Defensa 2016 - 2020**. La Paz, Bol. Ministerio de la Defensa, 2016.
- BOLÍVIA. República de Bolívia. **Libro Blanco de Defensa**. La Paz, BO: Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, 2004.
- BOLTAEVSKY, A. A.; PASHENTSEV, E. N.; AGUREEV, S. A. Experience of difficult mistakes: features of Suriname's foreign policy in 1975-1987. **Moscow State Linguistic University Bulletin**, v. 4, n. 841, p. 171-182, 2020.
- BRAGANÇA, D. A.; TINOCO, V. O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens. In: CABRAL, W. *et al* (Orgs). **Amazônia ao nível da cooperação no domínio da Unasul: descrição analítica e horizontes futuros**. Macapá, **Editora da Unifap**, 2017, p. 58-74.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Art. 3º, inciso IV. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=IV%20%2D%20promover%20o%20bem%20de,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Art. 4º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=IV%20%2D%20promover%20o%20bem%20de,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 69, de 3 de julho de 1978. Aprova o texto do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelos Governos da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 16.857, 1978.

BRASIL. Decreto Nº 11.475 de 06 de Abril de 2023. Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 23 de maio de 2008. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 06 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 85.050. Promulga o Tratado de Cooperação Amazônica, concluído entre os governos da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru, da República do Suriname e da República da Venezuela. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 16.470, 1980.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 44. Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 831, 2006.

BRASIL. Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 26 ago. 2010.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério de Defesa, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca#:~:text=A%20conveni%C3%A7%C3%A3o%20de%20conjugarmos,Estados%20que%20partilham%20o%20territ%C3%B3rio>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

BUTLER, A. RHETT. The Amazon Rainforest: The World's Largest Rainforest. **Mongabay**, 2020. Disponível em: <https://rainforests.mongabay.com/amazon/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BUZAN, B. New patterns of global security in the twenty-first century. **International Affairs**, v. 67, n. 3, p. 431-451, 1991.

BUZAN, B. **People, States and Fear** - The National Security Problem in International Relations. Brighton, UK: Wheatsheaf Books, 1983.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B.; WAEVER, O. (Org.). **Regions and Powers** - The Structure of International Security. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CADONÁ, M. A.; OLIVEIRA, C. **O complexo regional de segurança da América do Sul: uma análise a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 6, n. 12, p. 269-298, 2017.

CAMPILLO, X. R.; ESCÁNEZ, F. J. V. M. **Seguridad y Defensa en Latinoamérica: de Los Libros Blancos de la Defensa a la Cooperación Regional**. Opex - Observatorio de Política Exterior Española, n. 100, p. 1-64, 2019.

CARVALHO, T. L.; SOUZA, A. L. F. R. **A institucionalização no Complexo Regional de Segurança Sul-Americano: uma comparação entre quatro períodos históricos**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 5, n. 1, p. 303-327, 2018.

CASARÕES, G.; FARIAS, D. B. L. Amazon and the International Order: from promise to peril. **Journal of International Affairs**, v. 75, n. 1, p. 55-74, 2022.

CASTELLO, L. et al. **The vulnerability of Amazon freshwater ecosystems**. Conservation Letters, v. 6, n. 4, p. 217-229, 2013.

COELHO, P. M. P. **Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

COLÔMBIA. **Constitución Política de Colombia**: promulgada em 04 de julho de 1991. Bogotá, CO: Corte Constitucional, 2016.

COLÔMBIA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, CO: Ministerio de Defensa Nacional, 2003.

COLÔMBIA. **Política de Defensa y Seguridad PDS**. Bogotá, CO: Ministerio de Defensa Nacional, 2019.

COSTA, Camila. Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países?. **BBC News Brasil**, Londres, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>. Acesso em: 1 nov. 2023.

COUTO, M. **Murar o medo**. Site Oficial de Mia Couto, 2015. Disponível em: <https://www.miacouto.org/murar-o-medo/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EQUADOR. **Agenda Política de La Defensa 2014-2017**. Quito, EC: Ministerio de Defensa Nacional, 2017.

EQUADOR. **Constitución del Ecuador**. Quito, EC: Asamblea Contituyente, 2008.

EQUADOR. **Política de la Defensa Nacional del Ecuador - “Libro Blanco”**. Quito, EC: Ministerio de la Defensa Nacional, 2018.

ESTADOS UNIDOS. **Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington, EUA: Department of Defense, 2021.

FUCCILLE, A. Amazônia e Defesa Nacional: Um olhar a partir da perspectiva brasileira. **Paiguás**, v. 1, n. 2, p. 131-150, 2015.

FUCCILLE, A.; REZENDE, L. P. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 77-104, 2013.

GRIFFITH, I. L. **Guyanese Strategic Culture**. Miami, EUA: Florida International University, 2021.

GUIANA. **Constitution of the Co-operative Republic of Guyana**: promulgada em 06 de outubro de 1980. Georgetown, GY: 1980.

HEREDIA, G. **Marco jurídico de la política de defensa de la República Bolivariana de Venezuela**. Buenos Aires, AR: Escuela de Defensa Nacional, 2014.

HOUAISS, A. (Org.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HOUAISS, A. (Org.). **Enciclopédia Delta Larousse**. Rio de Janeiro: Delta, 1970.

KELLY, R. E. Security Theory in the “New Regionalism”. **International Studies Review**, v. 9, n. 2, p. 197-229, 2007.

MACEDO, M. V. A. **A organização do tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e os seus 40 anos de existência**: retrospectiva e perspectivas como ferramenta de integração regional para a sustentabilidade amazônica. 2020. 576 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Página Inicial**. Brasília, DF: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, [s.d.]. Disponível em: <http://otca.org/pt/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PEÑA-CLAROS, M.; NOBRE, C. A regional approach to save the Amazon. **Science**, v. 381, n. 6664, p. 1261, 2023.

PERU. **Constitución Política del Perú**: promulgada em 31 de dezembro de 1993. Lima, PE: Congreso de La República, 1993.

PERU. Decreto Supremo nº 012-2017-DE, Decreto Supremo que aprueba la Política de Seguridad y Defensa Nacional. **El Peruano**, Lima, PE, p. 09-28, 2017.

PERU. **Libro Blanco de la Defensa Nacional**. Lima, PE: Ministerio de Defensa, 2006.

PIERANTI, O. P.; SILVA, L. H. R. A questão amazônica e a política de defesa nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, 2007.

Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG). Amazônia em números: Dados preparados pela RAISG e exibidos graficamente, 2022. Disponível em: <https://www.raisg.org/pt-br/infografico/?location=Brasil>. Acesso em: 2 nov. 2023.

ROMERO, A. Carlos; CURIEL, Claudia. **Venezuela: Política Exterior y Rentismo**. Ano 8/Vol. 1. Cadernos PROLAM/USP, 2009, p. 39-61. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82330/85301>. Acesso em: 2 nov. 2023.

RUDZIT, G. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo? **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 297-323, 2005.

RUDZIT, G.; NOGAMI, O. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 5-24, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100001>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOUZA, E. A. E.; SOUZA, M. C. S.; PINTO, D. J. A. O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens. In: CABRAL, W. *et al* (Orgs). Variáveis relevantes na proteção da biodiversidade da Amazônia: securitização, regionalismo e Defesa. Macapá, **Editora da Unifap**, p. 32-47, 2017.

SURINAME. **The Constitution of the Republic of Suriname**: promulgada em 1987. Paramaribo, SR: Bulletin of Acts and Decrees, n. 166, 1987.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

UNASUL - CDS. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**. Normativa UNASUL - CDS - CEED - ESUDE. Brasília 23, maio, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

URT, J. N; PINHO, A. F. Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea. **Meridiano 47**, n. 114, p. 34 a 35, 2010.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**: promulgada em 15 de dezembro de 1999. Caracas, VE: Gaceta Oficial, n. 5.908, 2009.

VENEZUELA. Ley Orgánica de Seguridad de la Nación. Decreta la siguiente, Ley Orgánica de Seguridad de la Nación. **Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela**, Caracas, VE, 2002.

WILLIAMS, P. D. (Org.). **Security Studies** - An introduction. Abingdon, UK: Routledge, 2008.